



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/15

Data da Sessão: 26 de fevereiro de 2015

Início da Sessão: 09.30 horas

Fim da Sessão: 17.15 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos -----

1º Secretário: Carlos Lucas Correia -----

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: --

1. **Período de Antes da Ordem do Dia.** -----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro.**-----
3. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2015 e às Grandes Opções 2015-2018.** -----
4. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Arazede – Delegação de Competências.** -----
5. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Carapinheira – Delegação de Competências.**-----
6. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Ereira – Delegação de Competências.** -----
7. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Liceia – Delegação de Competências.**-----
8. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Meãs do Campo – Delegação de Competências.** -----
9. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Pereira – Delegação de Competências.** -----
10. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Santo Varão – Delegação de Competências.**-----
11. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Seixo de Gatões – Delegação de Competências.** -----
12. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Tentúgal – Delegação de Competências.** -----
13. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca – Delegação de Competências.** -----
14. **Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões – Delegação de Competências.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Isenção de IMT requerida por Paulo Sérgio da Silva Valente. -----

16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual - Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia, com o advogado Deolindo Azedo Correia. ---

17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Contrato de empreitada “Rede de Esgotos de Arazede – Fase A (Redes)” – Conclusão. -----

18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Contrato de empreitada “Rede de Esgotos de Arazede – Fase D (Redes Gordos e Zambujeiro)”.-----

19. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Redução da Taxa a pagar - Festival Forte 2015. -----

20. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) na Vila de Montemor-o-Velho. -----

21. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento das Bolsas de Estudo.-----

22. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento de Apoio Municipal a Associações Culturais, Recreativas e Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

23. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento de Apoio Municipal a Associações Desportivas.-----

24. Reconhecer, sob proposta do Executivo Municipal, o interesse estratégico do projeto para as populações e para a economia local - Candidatura ao Eixo 4 – PROMAR, GAC MONDEGO MAR.-----

25. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Proposta de Norma de Controlo Interno do Município de Montemor-o-Velho.-----

26. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais – listagem de compromissos plurianuais assumidos. -----

-----Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

Membros: Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Adelaide Maria Simões Medina, Edmea Tereza Reis Silva, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André Silva Santana, Francisco Faria de Paiva Batista, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista Sobreiro, Luís Filipe Azenha Madaleno, em substituição de Luís Pedro Simões

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

Ribeiro, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, em substituição de Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Joaquim António Graça Rainho, em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Liliana Isabel Batista Duarte, em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes. -----

Presidentes de Junta: Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, Secretária da Junta de Freguesia de Arazedo e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Seixo de Gatões. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Paula Elisabete Pires Costa Rama, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Fernando Manuel Correia Pardal. -----

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Pedro Simões Ribeiro, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso e Sara Cristina Cruz Gomes. -----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos. -----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Ramos, deu início à reunião quando eram 09h45m, tendo saudado os presentes e questionado a AM se havia alguma proposta de alteração da OT. -----

----- Passou-se de imediato à ata da última sessão da AM. -----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Em relação à proposta de ata, e mais concretamente na página 26 da mesma, verifica-se um lapso. Onde consta Conselho Municipal de Educação, deverá constar Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Foi colocada à discussão a ata da Reunião da Assembleia Municipal de 18 de dezembro com a alteração já referida. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, a ata foi aprovada por maioria, com cinco abstenções, por não participação na reunião a que a mesma se refere, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- **VOTAÇÕES** -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	Abstenção-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	Abstenção-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	Abstenção-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	Abstenção-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----O PMAM deu conhecimento da correspondência expedida e recebida para além da que constava no documento previamente enviado, tendo referido os pedidos de substituição dos membros da AM. -----

-----Foram concedidos 2 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, ou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

outros pedidos que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites: -----

----- Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor), “Felicitações pela apresentação do Plano de Promoção e proteção dos Direitos das Crianças e Jovens em Risco, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Montemor-o-Velho”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor), “82.º Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor), “Congratulações de Aniversário e êxito alcançado”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pela Secretária da JF de Arazede, “Homenagem prestada ao falecido Júlio Jorge Simões das Faíscas”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo PJJ da União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, “Eleição dos novos corpos sociais da Associação Filarmónica 25 de setembro”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo PJJ da União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, “Eleição da melhor Escola de Condução”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) “Felicitações, louvor e confiança ao Centro Beira Mondego”, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Mais uma vez se verifica um excesso de documentação enviada. Todos temos a nossa vida pessoal, profissional e torna-se difícil, analisar, com detalhe, toda a documentação que nos é remetida. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Partilho da mesma opinião da minha ilustre colega Cristina Jorge. -----

----- Fiquei sensibilizado com a nova disposição da sala. -----

----- Relativamente à comunicação enviada pela Casa do Povo da Abrunheira, e da qual todos os membros têm cópia, constata-se que a mesma tece críticas, algumas delas imprecisas e outras claramente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

depreciativas, quer a este órgão municipal, quer a um dos seus deputados, porque acabaram de ser enviadas para todos os presentes. -----

-----Importa, sem baixar o nível do discurso, dizer à Direção da Casa do Povo e, particularmente ao respetivo Presidente, por um lado, que a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, não deixará, creio eu, de pronunciar, nos termos que tiver por adequados, sobre a política de apoios da Câmara Municipal às instituições relevantes do Município, como aliás é seu dever fazê-lo sempre que tal se justifique. -----

-----Por outro lado, e no que concerne aos reparos dos comportamentos do Senhor deputado Municipal Dr. Oliveira e Sousa, responderei que o Presidente da Casa do Povo da Abrunheira, exorbita do razoável quando critica as opiniões de um deputado desta Assembleia Municipal, acerca da política de apoios da Câmara. -----

-----Ora, se não concorda, paciência!-----

-----Mas afinal, o que o Senhor Deputado Municipal Dr. Oliveira e Sousa defendeu foi tão só, uma discriminação positiva na distribuição dos apoios em função do relevo da Casa do Povo da Abrunheira, atendendo às populações que serve e do modo como as serve. -----

-----Porém, o Presidente da Direção da Casa do Povo de Abrunheira, entende, pelos vistos, que tudo vai bem quando se igualiza o que é desigual.-----

-----O Senhor Deputado Municipal Oliveira e Sousa, pelo contrário, entende que a Câmara Municipal deve distribuir os seus apoios em função da dimensão e da relevância territorial e social das Instituições que apoie, foi isso que defendeu e é isso que defende. -----

-----Esta é a postura do Senhor Deputado Municipal Oliveira e Sousa, que está na política, tão só com humildade, dignidade e por amor a esta terra. -----

-----Sendo estes e, tão somente, os seus únicos interesses.-----

-----Mas, ex^{mos}. Senhores, ex^{mas}, Senhoras, eu sou assim. Assim serei até ao fim. Sei que não agrado a todos. Mas nem todos me agradam a mim.” -----

-----Usou da palavra o PMAM informando que, uma vez que não há mais nenhuma inscrição, irão passar ao ponto 2 da OT, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro** -----

-----Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação à informação escrita, penso que a mesma está devidamente prestada no documento que foi remetido.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2015 e às Grandes Opções 2015-2018** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Na sequência de uma candidatura ao Eixo 4 – Promar, Gac Mondego Mar, nomeadamente da necessidade de inscrever em Plano e Orçamento para 2015 o projeto “Equipamentos de frio para o Mercado Municipal de Montemor-o-Velho”, e verificando-se que no mesmo, Objetivo 3 – Funções Económicas, Programa 341 – Mercados e Feiras, não existe inscrição do Projeto “Mercado Municipal de Montemor-o-Velho”, propõe-se uma revisão ao Plano e Orçamento para inscrição do mesmo, com a Ação “Aquisição de Equipamentos”, devendo-se dotar a respetiva classificação orçamental com 8.100,00€ (valor arredondado do orçamento mais baixo da consulta a três fornecedores). Em concreto, foi apresentado em candidatura a aquisição de dois equipamentos, nomeadamente uma máquina de produção de gelo (6.808,05€) e um depósito para armazenagem e conservação de gelo (1.273,05€), cujo valor total de orçamento ascende a 8.081,10€.-----

----- Quando se pretende fazer um orçamento mais rigoroso, naturalmente que a vivência do dia-a-dia traz novas situações e, estas situações de revisão do orçamento, contrariamente, parece que há aqui um estigma, um dogma, são perfeitamente dinâmicas e, por isso mesmo têm que ocorrer.”-----

----- Pede a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “O que a bancada pretende saber são questões muito simples: qual é a percentagem de financiamento da candidatura? E relativamente ao gelo, vai ficar ao encargo dos utilizadores ou irá ser a Câmara Municipal a custear o valor?”.-----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Não nos parece que este seja um investimento prioritário para o Mercado Municipal. Para as quantidades de pescado ali comercializadas, a utilização de gelo por parte dos vendedores de peixe é muito reduzida. Será que não existiam outras opções e alternativas? O que a CDU aqui reivindica é que nos apresentasse nos próximos tempos outras medidas de dinamização e de maior crescimento em termos de utilização e de frequência daquele espaço que, quanto a nós precisa ser repensado para que de facto tenha sido um investimento que, no futuro seja dinamizado e seja uma mais-valia para o Centro Histórico e para o Município.”-----

----- Pede a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Gostaríamos de deixar aqui, simplesmente dois ou três pontos em relação a esta questão. O primeiro tem a ver com a essencialidade destes bens que vão agora ser adquiridos e que se revelam, não só essenciais, como eu já disse, mas também perentórios por força da Lei. -----

----- Em segundo lugar, congratular-nos também aqui e, apresentar os nossos parabéns a este Executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

pelo facto de, ao contrário do que se diz, o Executivo, está efetivamente a aproveitar todas as oportunidades que os fundos comunitários ainda permitem e que, fique aqui desfeita essa dúvida que, por vezes se parece levantar na cabeça de alguns. -----

-----Em terceiro lugar e por último, gostaríamos de congratular este Executivo pela transparência e rigor que vem pautando na sua atuação, pois se, anteriormente e se nalguns Municípios, assim parece não ser regra, a verdade é que quando há necessidade de alterar o orçamento, essa proposta é proposta e é realizada tal como estamos agora a fazer e portanto, repetimo-nos mas, não gostaríamos de deixar passar esta ocasião para congratular o Executivo pelo facto de aplicar, na íntegra, o rigor e a legalidade e por isso mesmo esta bancada votará favoravelmente esta alteração.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Não haja dúvidas que a sede do Concelho tem equipamentos que custaram muito dinheiro a todos os contribuintes, este é um deles, que estava tão só, sem uso e, o atual Executivo tem estado consciente e dar-lhe vida e, nesse sentido tenho que o apoiar e dizer-lhe que, na verdade está no bom caminho para desenvolver tudo o que nós temos de melhor porque as autoridades sanitárias não permitiam o seu funcionamento, por simples falta de uma máquina de gelo. -----

-----É óbvio também, que recorreram aquilo que é e está disponível e estão atentos a esse sentido, por isso, o que é de criticar é de criticar e o que é de louvar é de louvar. Neste sentido, os meus parabéns à sua atenção, à sua argúcia e efetivamente, à sua forma de estar e reaproveitar aquilo que custou tão caro aos contribuintes deste Concelho.” -----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em relação às questões colocadas, dar nota e começando pelo fim das intervenções, de que este Executivo, está efetivamente preocupado com a situação do Mercado Municipal e quero-vos transmitir que a situação é absolutamente e deveras grave, porquanto todos os senhores vendedores e comerciantes, se recusaram a apresentar a sua pretensão à continuidade no espaço, porque o regulamento do Mercado Municipal e os preços fixados pelo anterior Executivo, eram absolutamente exorbitantes e incomportáveis, facto que me foi transmitido pelos mesmos, que vieram aqui pessoalmente. Já vinha sendo reclamado há alguns anos a esta parte que não era compatível, a cobrança das taxas, das cauções e de todo o conjunto de verbas que o Município lhes exigia, com a sua atividade económica no local. Foi-me referenciado também que houve um significativo abandono na conservação do mesmo imóvel ao longo dos anos e, por isso, de imediato este Executivo se comprometeu a fazer algumas intervenções que já foram feitas, de regularização de algumas situações menos claras e enviou a sua veterinária municipal, que tem competência nessa matéria para verificar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

também as condições de legalidade do exercício das atividades aí desenvolvidas no Mercado Municipal e, a mesma referenciou-nos em relatório próprio que uma das questões mais prementes era esta questão do gelo, nomeadamente para a banca de peixe, que tinha que assegurar a exposição do peixe e a venda do peixe em condições de segurança que envolviam a produção de gelo no local que era uma infraestrutura que nós não detínhamos. Para além também de algumas questões nas câmaras de frio que tinham que ser dedicadas e absolutamente autonomizadas entre elas para não haver mistura de produtos e, nessa medida, nós iniciamos um processo interno de aquisição. É evidente que o valor não é muito elevado, mas é significativo e quero-vos lembrar os constrangimentos iniciais deste Executivo, posso dizer que o valor que está apontado e que é o valor constante da candidatura são de 8.000€ para a aquisição destes equipamentos e, portanto, quando me deparei com esta oportunidade no PROMAR, em fundos em overbooking, questionei os responsáveis do PROMAR, no sentido de verificar se não nos poderíamos candidatar. Ficaram de estudar o assunto, deram-me algum conforto de enquadramento e a candidatura foi feita. Como são fundos em overbooking, deverá ser na ordem dos 50% a comparticipação na candidatura, estamos em rateio final de fundos e, não posso definir essa percentagem, mas é expectável que assim seja. -----

----- Quanto à distribuição do gelo, será gratuita, sendo o seu custo diminuto, mas assim é feito noutros mercados é nós temos de ser concorrenciais. -----

----- Quanto às medidas tomadas por este Executivo, não se acomodaram à questão das infraestruturas e de algumas reparações que foram feitas. Está em curso a revisão do regulamento onde drasticamente vamos diminuir as taxas e vamos tornar concorrencial e apetecível o concurso para o Mercado Municipal. Relembro, como eu disse, houve um concurso que ficou deserto e estamos em risco de não termos nenhuns potenciais interessados e portanto houve, por parte deste Executivo, uma terapia de choque, com alteração deste regulamento que depois virá a ser discutido em momento próprio”.-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	Abstenção-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	Abstenção-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----
-----A AM tomou conhecimento.-----	
-----Ponto 4. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Arazede – Delegação de Competências-----	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente ao ponto 4. da ordem de trabalhos, eu gostaria, se a AM assim concordar, de usar a seguinte metodologia de trabalho: como todos repararam, do ponto 4 ao ponto 14, no fundo como eu há pouco disse, estamos de alguma forma a discutir, são questões diferentes, cada freguesia tem o seu assunto, mas se a AM assim o concordar, nós discutiríamos a substância do ponto 4 ao ponto 14, agora imediatamente, daríamos um tempo maior sobre esse aspeto, cada um pode efetivamente falar desde o ponto 4 ao ponto 14 e depois da discussão, passaríamos à votação individualmente do ponto 4 ao ponto 14.”-----

----- Pedeu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Dentro da situação que está a colocar, na discussão destes 11 pontos da mesma forma, eu penso que há aqui uma questão prévia que tem que se colocar e tem que se esclarecer e que se prende com a terminologia usada nas minutas das atas da Câmara Municipal.”-----

----- Quando se diz que no parágrafo 8º da ata da reunião de Câmara de 09 de fevereiro, “*elaboradas as minutas de aditamento aos acordos de execução, que ora se anexam, devem as mesmas ser aprovadas em assembleia municipal nos termos da alínea k) do nº 1 do art. 25º da Lei nº 75/2013, por proposta da respetiva câmara municipal em conformidade com o disposto na alínea m) do nº1 do artigo 33 da Lei nº 75/2013*”.-----

----- Em primeiro lugar e vendo a lei, o que a Assembleia Municipal tem que fazer é autorizar, não é aprovar, tal como consta na alínea k) do n.1, do artigo 25.º da Lei 75/2013: “*Compete à assembleia municipal, sob proposta da camara municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a camara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia.*”-----

----- O mesmo é referido na alínea m), do n.º 1, do artigo 33, da Lei 75/2013 que refere: “*Compete à câmara municipal submeter à assembleia municipal, para efeitos de autorização, propostas e celebração de contratos de delegação de competências com o Estado e propostas de celebração e denúncia de contratos de delegação de competências com o estado e as juntas de freguesia e de acordos de execução com as juntas de freguesia*”.-----

----- Ora, bem se vê que estamos perante incompetência da Assembleia Municipal, pois a competência da AM é para autorizar a celebração de contratos e não de aprovar, conforme o requerido na ata pelo órgão executivo.-----

----- Daí que nos pontos de ordem da 4 a 14, não pode ser requerido à Assembleia para aprovar os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

aditamentos, mas conforme o estipulado pela lei 75/2013 o correto seria Autorizar. -----

-----Autorização - é um ato permissivo pelo qual um órgão da administração permite alguém o exercício de um direito ou de uma competência.-----

-----Aprovação - é um ato integrativo no qual um órgão da administração exprime a sua concordância com o ato definitivo praticado por outro órgão administrativo e lhe confere executoriedade.-----

-----Por outro lado, a deliberação em si, do órgão Executivo não ter sido tomada, isto é, no último parágrafo diz: *“A câmara tomou conhecimento e de harmonia com o disposto na alínea m) do n.º 1 do art. 33º da Lei 75/2013, deliberou por unanimidade remeter a proposta de minuta de Aditamento ao Acordo de Execução com a junta de freguesia de Arazede, documento que se dá aqui como inteiramente reproduzido e que faz parte integrante desta ata, à Assembleia Municipal para a aprovação, nos termos da alínea k) nº 1 do art.25º da Lei nº 75/2013.*-----

-----A minha questão é: os Vereadores votaram este ponto? Qual o seu sentido de voto? Votaram remeter à Assembleia Municipal ou votaram o ponto?-----

-----Concluimos que existe falta de deliberação pelo respetivo órgão executivo, elemento essencial numa ata de qual depende a sua validade, conforme dispõe o art. 27º do CPA, estamos assim perante uma ata contra a lei, portanto ilegal, passível de ser declarada nula.-----

-----E mais, a única deliberação expressa na ata é a da remessa da proposta de minuta do aditamento ao acordo de execução à assembleia municipal, que nem era necessária que constasse da ata, pois decorre da lei 75/ 2013 no seu art. 33º nº 1 m) para autorizar e não aprovar conforme novamente foi expressado na ata.-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: *“A leitura que eu fiz, relativamente à primeira questão admito, até porque tem competências que eu não tenho e, quando não as tenho procuro-as. Esta não a procurei e dou efetivamente de barato que a Assembleia autorizará à Câmara.*-----

-----Relativamente à segunda questão, o que eu entendi, é que a Câmara aprovou.”-----

-----Pedi a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: *“A minha questão é tão só a seguinte: as atas devem ter efetivamente deliberada a decisão, daquilo que se está a votar na altura. A minha questão é: o que está transposto para a ata e, pode ter sido algum engano ou falha e podem não ter colocado a deliberação em si. A minha questão é se a Câmara deliberou remeter este documento à Assembleia e, isso decorre da lei, não era preciso a Câmara deliberar nesse sentido e se a Câmara não aprovou esta situação. A minha questão é tão só esta. Posso ser eu que esteja a ver mal efetivamente, mas eu não estou a compreender. Se o senhor Presidente da Câmara está a abanar com a*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

cabeça, então que me explique.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “A leitura que eu fiz é que a minuta da ata termina com foi aprovado, eu acho que é redundante, referindo que deliberou por unanimidade remeter a proposta, mas depois diz: “Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos”. Para mim a deliberação é deliberação global, mas é para mim”.-----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Então e qual é o sentido de voto? A deliberação em si? Não são só estes pontos que estão assim, estão ainda o 17, 18, 20, 22 e 23. -----

----- Nestes termos, os pontos 4 ao 14 da Ordem de Trabalhos, não podem ser submetidos para aprovação por esta assembleia, pois a competência dentro desta matéria é autorizar e não aprovar estes aditamentos, sob pena de estarmos a deliberar uma situação ilegal, e desde já se coloca esta questão ao Presidente da Assembleia.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Como naturalmente se deve perceber, eu sei responder à questão, que naturalmente se trata de um equívoco, provavelmente da senhora deputada, que vai perceber de imediato, em função do que a Jurista da Câmara lhe vai explicar. E quero que seja a jurista da Câmara a explicar e não eu porque é fácil de entender. Peço autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para a Jurista da Câmara Municipal, Dr.ª Andreia Lopes, se pudesse pronunciar sobre essa matéria.-----

----- O PMAM deu a palavra à Dr.ª Andreia Lopes que disse: “Se bem percebi, a questão tem a ver com a deliberação que a Câmara fez relativamente à minuta, neste caso, porque não consta a palavra aprovação, da minuta de aditamento aos acordos de execução, penso que é essa a questão.”-----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Há aqui duas questões: a questão de colocar à aprovação da Assembleia Municipal, em vez de colocar à autorização, isso é uma questão, que a Lei é clara e diz que é autorização e não aprovação e outra questão é tão só o facto de em si, a deliberação do órgão Executivo não ter sido tomada na minuta da ata. Na minha perspetiva e na perspetiva desta bancada. A minha questão é a seguinte: será que os Vereadores votaram esta questão na reunião de Câmara? E se votaram, onde está o sentido que devia estar expresso na ata.”-----

----- Retomou a palavra a Dr.ª Andreia Lopes que disse: “Relativamente à primeira questão, efetivamente a alínea m) fala efetivamente em “... *submeter à assembleia municipal, para efeitos de autorização, propostas e celebração de contratos de delegação de competências com o Estado e propostas*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

de celebração e denúncia de contratos de delegação de competências...". Efetivamente fala em autorização, não temos dúvidas. Do ponto de vista jurídico, sinceramente se levarmos isto a competência para aprovação em si, é da Assembleia Municipal, porque temos que conjugar o art. 33.º com o art. 25.º. Em termos de efeito, eu não vejo, do ponto de vista jurídico, sinceramente, qualquer diferença relativamente a isso porque se está a aprovar, evidentemente está a autorizar, embora efetivamente a expressão seja autorização. -----

-----Relativamente à segunda questão que tem a ver com o facto de saber se a Câmara deliberou ou não, eu não tenho dúvidas que a Câmara deliberou submeter. A Câmara tomou conhecimento e de harmonia com a alínea m) do n.º 1, deliberou por unanimidade remeter a proposta."-----

-----Retomou a palavra o PMAM que disse: "São duas coisas diferentes. De facto a unanimidade está em remeter a proposta e isso todos estão de acordo. Depois, provavelmente há um equívoco e falta aí, é que a decisão da Câmara é total. A deliberação foi aprovada por unanimidade para surtir efeitos imediatos e, provavelmente faltará aí, para surtir efeitos imediatos, da leitura que eu fiz, agora na questão da aprovação, não tenho qualquer dúvida."-----

-----Retomou a palavra o PCM que disse: "Senhor Presidente da Assembleia, para nós é perfeitamente claro aquilo que está aqui em causa. Nós estamos a falar da transcrição em minuta de uma ata, várias opções se colocam. Se querem verificar a ata, podem verificar a ata, os senhores deputados, têm todo o direito de o fazer e a questão até pode ser pertinente. Segundo, se continuam a insistir neste pequeno engulho jurídico eu, não tenho qualquer problema. Sugiro ao senhor Presidente que retire os pontos da discussão da Assembleia e, naturalmente, os Senhores Presidentes de Junta deixarão de ter os acordos de execução aprovados e deixarão de os receber em tempo útil. Penso que devemos agir com sentido de colaboração e de rigor. Aquilo que o Executivo tem que fazer é propor as minutas para aprovação na Assembleia Municipal. Portanto, todas as questões jurídicas ou de interpretação, podem ser discutidas, mas não podem pôr em causa o normal andamento dos trabalhos na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho."-----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: "Sendo isso verdade, há a questão, naturalmente daquilo que nos ultrapassa a todos nós aqui. Eu não posso ignorar que uma bancada não está a pôr a questão política em causa, está a pôr a questão da legalidade e, eu entendo isso perfeitamente. -----

-----Eu atrever-me-ia a sugerir que, se porventura, a Câmara que está aqui em causa, eu julgo que a Assembleia está disponível para que efetivamente esta correção seja feita, tem é que ficar registado e se nós fazemos esse entendimento de que a Câmara ratificará o sentido de voto que, julgo saber, foi por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

unanimidade e que não relevará outra questão. Se o Presidente da Câmara fizer essa proposta, eu julgo que a Assembleia aceitará de facto essa questão que, naturalmente constará na ratificação do texto da ata porque equívocos há e falhas há.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Eu acho que falando agora, diria assim: será uma coisa lana-caprina? Não é. Mas será um lapso? Talvez. Será que efetivamente não tem que se ter aqui bom senso? Eu acho que sim. Isso é o que falta, bom senso. É que nós quando fazemos oposição por coisas credíveis, por coisas de responsabilidades e desenvolvimento do Concelho, estamos a fazê-lo e, doa a quem doer, eu sei que às vezes dói, mas não é nada pessoal. O problema que está é o bom senso que falta e, claro que os Senhores Presidentes das Juntas, necessitam das verbas para efetivamente fazerem os seus melhoramentos, pagarem aos seus funcionários. Portanto, isto de atrasar, efetivamente a votação destes pontos, realmente, é um mal maior, quando se pode evitar com um mal menor. É lógico que, às vezes acontece, e só não acontece a quem não trabalha nestas situações, o lapso. Aquilo que a oposição (Coligação Mais por Montemor) se refere, é eventualmente saber qual foi a posição do voto dos Senhores Vereadores da sua bancada.-----

----- Quanto à parte legal, ela pode ser ultrapassada neste momento, como V. Ex.^a disse. Isso para evitar um mal menor, para evitar outro agendamento, outro trabalho e outra deslocação à Assembleia Municipal, eu penso que isso é evitado. Isto é como se costuma dizer: *prima nom datur, et ultima dispensatur.*”-----

----- Pediu a palavra o PJF da Ereira, Vasco Sousa que disse: “Inevitavelmente teria que falar sobre os acordos de execução, como já lembrei neste espaço, sou autarca desde 2005, já passei pelo cargo de Tesoureiro, Secretário, liderado na altura pelo Executivo pelo Fernando Pereira Nunes Curto aqui presente e hoje sou Presidente da Junta de Freguesia da Ereira. E teria que falar por uma razão muito simples: no passado dia 30 de janeiro não estive presente na reunião de presidentes de Junta, onde este assunto foi aflorado e, não estive presente porque existiu na Freguesia da Ereira o Festival do Peixe do Rio. Não fiz moção, da mesma forma que a deputada Dr.^a Cristina Jorge falou na falta de tempo para ler a documentação, eu por outro lado, tenho alguma falta de tempo para fazer moções mas, aproveito para falar e agradecer a todos os que colaboraram no festival aqui referido. -----

----- Em relação a este assunto, como eu vos disse, muito me honra e quero deixar aqui expresso, publicamente que estes acordos de Execução são, na minha opinião e julgo que na opinião de todos os Presidentes de Junta, de facto importantíssimos que rapidamente se concretizem e venham a ser aplicados de acordo com aquilo que é o nosso objetivo. Todos nós sabemos que são fundamentais para o normal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

funcionamento de uma Junta de Freguesia que todos nós sabemos as dificuldades que as Juntas de Freguesia todos os dias se deparam e, peço que exista algum bom senso em relação a esta questão, não colocando de parte as questões legais. -----

-----Aproveitava também para falar sobre o horário que também está patente com a alteração que existiu no mapa de máquinas.”-----

----- Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Relativamente a esta questão que se levanta, efetivamente não estivemos presentes na reunião da Câmara Municipal, portanto não sabemos o que foi decidido, mas segundo percebemos as palavras do Senhor Presidente de Câmara, terá sido efetivamente decidido aprovar este acordo tal como os outros e, portanto assumimos também não passará de um lapso de escrita da própria minuta e como tal é imediatamente retificável e nenhuma questão se deve levantar. Se assim não fosse, efetivamente o princípio da economia – economia de tempo e economia de custos, parece-nos aqui impor, como dizia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e bem, que uma vez até que os membros da dita Câmara Municipal também se encontram presentes, que se alguma coisa houver a retificar, que se retifique de imediato e que, portanto esta questão seja ultrapassada, como me parece que impõe a boa-fé e o bom senso. Como tal, secundamos a proposta feita acertadamente pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, julgo que esta questão deve ser ultrapassada no sentido dos acordos poderem ser votados e, como esperamos, aprovados para que efetivamente sejam executados que é o que todas as pessoas pretendem, sobretudo quem está à frente das Juntas de Freguesia deste Concelho”.-----

-----Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu corroboro as palavras do meu ilustre antecessor. Pedia também que este facto não se volte a repetir porque realmente, é um facto que não abona muitos dos serviços que fizeram/elaboraram estes documentos. Em todo o caso corroboro, o que se disse porque é uma questão de economia processual, é uma questão de tempo e, acho que se deve por à votação e nesse sentido eu vou votar favoravelmente”.-----

-----Pediu a palavra o membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu gostava de pedir para interromper os trabalhos para conversar com a minha bancada, relativamente a esta questão, mas primeiro gostava de ouvir o Senhor Presidente da Câmara.”-----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “o Presidente da Câmara, naturalmente que nunca irá contrariar o Senhor Presidente da Assembleia, nas suas propostas de bom senso, sendo certo que o que tinha a dizer já disse e, em apelo final aos senhores deputados municipais, recomendo a leitura do normativo aí citado, em particular as alíneas e os números, que facilmente se vai perceber o equívoco. Já

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

disse o que tinha a dizer sobre este assunto, nunca irei contrariar as propostas de bom senso do Senhor Presidente da Assembleia.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Então o Senhor Presidente da Câmara assume que há um equívoco?” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Não há equívoco nenhum! Senhora deputada municipal, os equívocos são da vossa autoria, não são nossos. -----

----- O que consta da deliberação é o seguinte: *“A Câmara tomou conhecimento e, de harmonia com o disposto na alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, deliberou por unanimidade remeter a proposta de minuta de aditamento ao acordo de execução com a Junta de Freguesia de Arazede (que foi o acordo citado), documento que se dá aqui como inteiramente reproduzido e que faz parte integrante desta ata à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013.”* -----

----- Eu vou ler o que diz a alínea m): *“submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização propostas de celebração de contratos de delegação de competências com o estado e propostas de celebração e denúncia de contratos de delegação de competências com o estado e Juntas de Freguesia e de acordos de execução com as Juntas de Freguesia.”* -----

----- A alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013 diz: *“Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado e entre a Câmara Municipal e a Entidade Intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de Execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia”*. É tão simples quanto isto. A terminologia está aqui toda. Se quiserem manter a vossa posição mas, essa questão do trunfo político, do erro é irrelevante, até porque vos vou dizer: este é o mesmo texto e redação original da aprovação destes acordos de execução, portanto a transcrição, se forem verificar, é a mesma. Nós percebemos que houve aqui uma evolução, agora façam como entenderem. A questão para nós, não há nenhum erro. Nós, de boa-fé com o nosso melhor saber, até estamos disponíveis, de bom senso, conforme proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a aperfeiçoar, mas não há aqui nenhum erro, basta perceber aquilo que nós lemos aqui, que não há nenhum erro. Se quiserem ultrapassar isto para favorecer o normal andamento dos trabalhos nesta delegação de competências com os Senhores Presidentes das Juntas, estamos disponíveis, se não quiserem, retiramos os pontos e assumem vocês as consequências.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Aqui senhor Presidente da Câmara, a questão não se coloca em relação a obter trunfos políticos. Aqui, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

questão trata-se de formalidades que não estão a ser cumpridas e o senhor sabe porque é jurista. Como o senhor diz e bem, é um senhor muito sério e, nós também somos sérios. Estamos aqui a desempenhar o nosso papel da melhor forma que sabemos e podemos e em relação a esta questão, uma questão é a aprovação, outra questão é a autorização. São questões diferentes, mas o senhor entende que são iguais, é o seu entendimento. -----

-----Para mim a situação que mais me choca, é mesmo a situação de não haver deliberação do órgão e continuamos na mesma. Mas como é que vão retificar uma decisão que foi tomada numa reunião de Câmara? E pergunto aos Senhores Vereadores: votaram esta deliberação como? Foi votado para remeter à Assembleia ou foi votado o quê? É essa a minha questão porque continuo com a mesma dúvida: o que é que foi votado nesse dia? E peço desculpa, porque com a dimensão da papelada que nos enviam, não se consegue ter um vislumbre de tudo ao pormenor mas, eu gostaria de saber efetivamente, qual foi essa decisão que foi tomada pelos Vereadores.” -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhores deputados municipais, relativamente à substância, eu julgo que há consenso, usando a palavra e bom senso, quanto à matéria política. Percebi quanto às palavras do Senhor Presidente da Câmara e, nenhum dos Vereadores presentes invocou defesa da honra no sentido de voto que eu, disse da votação por unanimidade dos acordos e, não vi nenhum vereador, alterar ou dizer que votou só uma coisa ou as duas. Parece-me de bom senso que nós mantenhamos na agenda de trabalho estes aspetos. Mais, nesta perspetiva, eu faço ainda uma proposta suplementar que é dos pontos 4 aos pontos 14 da Ordem de Trabalhos, onde consta aprovar, deverá constar autorizar e, pergunto à AM se, nesta perspetiva está disposta a discutir a essência dos pontos que estão nesta Ordem de Trabalhos.” -----

-----Pedi a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação mais por Montemor) que disse: “Senhor Presidente, nessa vertente, esta bancada pretende que haja uma interrupção de 5 minutos para discutir esta matéria. -----

-----O PMAM declarou os trabalhos suspensos por um período de cinco minutos. -----

-----Após a interrupção foram retomados os trabalhos da AM. -----

-----O PMAM deu a palavra ao membro Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Muito obrigada senhor Presidente, a bancada esteve reunida e entendeu, aceitar a proposta feita pelo Senhor Presidente da Assembleia, no sentido de alterar a redação do ponto. Nesse sentido, achamos que é correto da sua parte, é prova do seu bom senso. -----

-----Eu queria apenas dizer uma coisa e, nomeadamente ao Senhor Presidente da Câmara, é que isto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

não é uma questão política. Isto é uma questão de forma, uma questão legal e, portanto, tal como eu disse no início dos trabalhos, nós estamos aqui para fazer parte da solução, para melhorar, para ajudar a melhorar. Por um lado representamos os munícipes que nos elegeram e, por outro lado, temos sempre uma atitude construtiva. O senhor, de facto, denota por vezes, nas suas intervenções, e permita que lho diga sinceramente, vou-lho dizer aqui, mas podia-lho dizer pessoalmente, há alguma falta de flexibilidade e até diria, alguma falta de humildade também porque as pessoas não fazem tudo bem, eu estou ligada a um órgão de gestão e, certamente, sei do que estou a falar, porque também gerimos muita gente e não fazemos tudo bem. Há falhas que acontecem, e portanto, se está mal, corrige-se. Eu não sei qual é que é o problema disto. Realmente se nós podemos melhorar as coisas, se podemos melhorar a forma como se fazem, qual é o problema nisto? Não me parece que haja um problema nisso, bem pelo contrário; eu gostaria, mais uma vez, de deixar aqui, que a nossa ação nesta Assembleia, é essencialmente uma ação construtiva, o que nós dizemos é no sentido de melhorar porque eu não entendo que as pessoas fiquem amorfas, se é uma atitude construtiva e portanto, esta é a política desta bancada. -----

----- Por outro lado eu gostaria também, antes de avançarmos para essa nova redação do ponto, eu gostaria que o Senhor Presidente ou os Serviços nos dissessem qual o sentido de voto dos diferentes Vereadores.”-----

----- Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Permitam-me que vos diga e, obviamente é uma interpretação pessoal mas, tendo tido oportunidade, nesta pausa, de consultar a lei que regula este aspeto, não nos oferece a mínima dúvida de que efetivamente não há nenhum lapso. Porque lido o teor da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, que regula este procedimento, não há a menor dúvida que aquilo que consta da minuta que foi submetida a esta Assembleia Municipal é, efetivamente o que resulta da Lei e, além do mais aproveito para referir que este é inclusivamente também, o entendimento da CCDR, portanto parece-nos que qualquer dúvida que aqui se quisesse levantar, está totalmente desfeita, porque quem tem que aprovar ou autorizar é efetivamente a Assembleia Municipal e é isso que estamos aqui hoje a fazer e, a Câmara Municipal, por sua vez, e previamente tem o dever de propor e remeter à Assembleia Municipal. E quem remete à Assembleia Municipal, uma determinada proposta, com um determinado teor concreto e inequívoco, é porque certamente, se delibera por unanimidade é porque concorda com esse teor. Salvo o devido respeito, parece-nos que estamos aqui a perder algum tempo e a entreter, perdoem-me o termo, com *faits divers*. É este o nosso entendimento e, como tal, acho que não há erro, não há dúvida e está a ser cumprida a legalidade.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu disse na minha tomada de posse deste cargo, além daquilo que já foi citado hoje pelo Senhor Deputado Oliveira e Sousa, que apesar das pessoas olharem para mim a usar laço, ter assim uma postura, etc,, disse que não me levava muito a sério, mas que levava a sério aquilo que fazia. Eu apelo a que estas palavras que não são minhas, mas de Miguel Torga, levassem a sério aquilo que fazem e que estão a fazer e que, naquilo que é e que eu julgo perceber da resolução por consenso e por bom senso destes pontos e, particularmente das questões que se levantaram quanto à legalidade, o PMAM mantém a proposta de alterar a redação dos pontos, ficando a constar, em vez de aprovar, autorizar e, naturalmente não estive na reunião de Câmara, volto a dizer, enfim não estando neste caso, o Vereador Jorge Camarneiro que participou nesta deliberação presente, recomendo à Câmara, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, que naturalmente analise o texto que foi feito e, se ele puder e dever ser melhorado, nos princípios legais, porque não é a questão política que aqui está em discussão, para já nunca ninguém a pôs em causa, que essa questão possa ser melhorada e, esta Assembleia Municipal, julgo que todos os deputados municipais estarão de acordo comigo, aceitará, se esse for o entendimento legal, volto a dizer que não político, a Assembleia Municipal não quer interferir politicamente com a Câmara Municipal, di-lo-á quando tiver que dizer alguma coisa nesta Assembleia, mas que do ponto de vista legal, se o texto merecer de facto, correção, eu não sou jurista e, portanto percebi um conjunto de interpretações, não vou dar a minha porque já vos disse e porque, eu acho que na minha modesta opinião, isto pode ser melhorado. A Câmara Municipal pode e deve, se assim entender, inclusivamente recolher opinião de quem entender. Porque efetivamente acho que os munícipes querem que façamos as coisas locais, mas não querem que evidentemente andamos aqui à procura da questão legal, antes de resolver os problemas e, portanto, não iriam perceber que dois órgãos, como a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tivessem dúvidas sobre uma questão legal, que estando de acordo quanto à questão política essencial, os munícipes não estariam de acordo, que nós não tentássemos perceber estas interpretações e, se é necessário melhorar, pois melhoramos esse texto e aqui, neste caso, a recomendação do Presidente da Assembleia, se de facto é uma recomendação, a Câmara fará como entender, que de facto os textos cheguem a esta Assembleia baseados nos princípios legais, porque não nos podemos esquecer que, quando estão dois juristas na sala, nós temos no mínimo quatro opiniões: a opinião de um, a opinião do outro, a opinião que um pensa que o outro tem e a opinião que o outro tem que pensa que o outro tem e, portanto, nessa perspetiva, eu não sendo jurista, gostaria de deixar esta recomendação de bom senso à Câmara Municipal. -----

-----De qualquer maneira foi feita uma pergunta concreta pela deputada Ana Cristina Jorge, sobre o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

sentido de voto dos Senhores Vereadores, nesta questão que, de facto, não está expressa realmente na deliberação.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mais uma vez reitero a disponibilidade do Executivo por mim liderado e, em particular a minha, para apurar melhor a redação das propostas e tudo o que for no sentido de aperfeiçoarmos os nossos procedimentos e, lamento e fico profundamente triste quando a deputada Cristina Jorge diz que eu tenho falta de humildade, quando eu me disponibilizei de imediato a fazer este aperfeiçoamento e a aceitar a sua proposta de bom senso. Isto não implica que eu me cale perante determinadas situações. Não quer V. Ex.^a que eu me cale perante as vossas posições e as vossas interpelações. E não querem V. Ex.^{as} que eu deixe de reagir às questões que me são suscitadas e da forma que eu livremente posso exprimir, da forma como eu, dentro da boa educação, que às vezes falta na sua bancada de algumas pessoas. Eu sempre com boa educação me dirijo a V. Ex.^{as} e, por isso mesmo, não vejo motivo para essa acusação de falta de humildade da minha parte. Volto a repetir aquilo em que eu sinceramente acredito e, como já ando aqui há alguns anos, como aliás alguém aí sugeriu para remeter o assunto para a inspeção, para a DGAL ou para quem entenderem, eu acho que se deve remeter todo um conjunto de deliberações que foram feitas nos últimos anos, porque quem redige estes assuntos, os juristas são mesmos. Tudo o que tem a ver com competências da AM tem esta redação, se forem analisar hoje, os pontos para deliberação, as redações são mais ou menos semelhantes e, portanto, que se remeta para as entidades inspetivas tudo o que for para remeter, que aliás, nós o que queremos é fazer bem e melhor e agradeço estas interpelações. Agora, digo-lho eu, com toda a clareza, quem aceita remeter uma minuta e a faz como sua para a Assembleia, isto é uma questão de não interferir com as competências da Assembleia; se na autorização pode gerar algum equívoco, até admito e aceitei de bom senso as palavras do Senhor Presidente, sendo evidente que a autorização pressupõe uma aprovação do ponto. No mesmo parágrafo, vocês têm de entender, há uma sucessão de informações e depois vem a aprovação do ponto. Para que não haja confusões, eu até acho que a sugestão do Senhor Presidente da Assembleia é muito pertinente e também não quero aqui desprezar a interpelação da deputada Maria João, porque não deixa de ter sentido, mas o sentido de votação dos Senhores Vereadores é de aceitação da proposta, porque durante a discussão do ponto, os mesmos podem discutir se devíamos aperfeiçoar esta minuta neste sentido ou naquele e, podem até sugerir, como aliás é de bom senso que eu tenho aceitado sugestões dos Vereadores da oposição, com toda a naturalidade, porque nós estamos a trabalhar em equipa, votam como quiserem, mas se é para aperfeiçoar nós aceitamos. A minuta é ou não é discutida, é aceite e é remetida para o órgão que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

competência para autorizar. O que é que a minuta traz? É preciso perceber isto. A minuta traz uma delegação de competências. É a delegação de competências que é autorizada e, aquilo que a minuta tem é o texto da delegação de competências, em que moldes é que é feita, que contrapartidas, com um conjunto de informações e, é isso que V. Ex.^{as} vão autorizar e bem, está correto e vão aprovar o ponto a seguir e a aprovação traduz-se numa autorização para se celebrar aquela delegação de competências traduzida naquela minuta. É esta situação que está aqui em causa. Penso que esclareci a senhora deputada, se não esclareci não consigo explicar isto de outra forma.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Já que o Senhor Presidente da Câmara falou do passado, eu quero-lhe ler a forma como estava redigido o ponto na sessão ordinária de 20 de dezembro de 2012, que dizia: *“Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, a celebração dos protocolos de colaboração e delegação de competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e as Juntas de Freguesia do Concelho para 2013”*. Já que o Senhor Presidente falou nisso, então nós vimos-lhe recordar que, efetivamente, no passado, o ponto foi bem redigido, na nossa opinião.”-----

-----Usou da palavra o PMAM propondo que na redação dos pontos 4 ao 14 da ordem de trabalhos, fique a constar a palavra autorizar em vez de aprovar. -----

-----A AM tomou conhecimento e deliberou por unanimidade alterar a redação dos pontos 4 ao 14 da ordem de trabalhos.-----

-----Retomou a palavra o PMAM que disse: “Sendo assim, ultrapassada que está esta questão na forma e com a anuência do Senhor Presidente da Câmara verificar a melhoria desta formulação do ponto de vista legal, o resto, naturalmente, o conteúdo político é a Câmara que o deve fazer. -----

-----Vamos passar então à discussão e, volto a colocar esta questão, que julgo que também é pacífica, que é discutirmos a substância dos pontos 4 a 14 e depois, fazermos a votação nominalmente de cada um dos pontos. -----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Nós gostaríamos de dizer a esta AM que analisámos os aditamentos, trabalhámos esta questão juntamente com os nossos Vereadores e sobretudo com os nossos Presidentes de Junta de Freguesia e, destacamos logo, de facto, relativamente à programação da distribuição das máquinas, que nos pareceu haver um melhor equilíbrio. Ficou-nos algumas dúvidas e, eu falo por mim, se por vezes esta calendarização tão rígida, ou seja, não existe contra descentralização como às vezes seria de esperar, no apoio mais direto à Junta de Freguesia. Nós sabemos que o Senhor Presidente está atento e que terá isso em atenção nos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

momentos em que as Juntas também precisarem, porque as mesmas trabalham com os munícipes e com as pessoas e com a realidade in loco e, portanto necessitam deste apoio mais direto e, às vezes não tem esquematizado, o que de facto, também é necessário que assim esteja, porque temos uma noção exata daquilo que a Câmara Municipal pretende fazer. -----

----- Verificámos e concordamos, naturalmente com os 10%, apesar de, em virtude das verbas diminutas a transferir para as Juntas de Freguesia, não será muito significativo, no entanto, agrada-nos que haja um aumento. -----

----- Continuamos sem concordar com a questão da distribuição dos 100€ por turma, no respeitante à manutenção das escolas do 1.º ciclo e porquê? Porque esta é uma falsa questão, diria eu. Os espaços a serem utilizados pelas turmas não são apenas os espaços onde as crianças têm aulas, mas são os refeitórios, as bibliotecas e são todas estas áreas que, principalmente nas escolas maiores sofrem maior degradação porque o número de crianças é mais elevado e, como tal tudo está muito mais exposto. E sabemos que, hoje em dia, há materiais, principalmente em algumas escolas e, mesmo sendo pequenas manutenções, que não são tão baratas quanto isso.-----

----- Depois também há aqui uma coisa que eu também gostaria de deixar muito claro. De acordo com a Lei 75/2013 e não só de acordo com este normativo, compete às Juntas de Freguesia darem apoio às escolas na questão dos materiais de expediente e limpeza. Acontece que eu não vejo isso aqui em lado nenhum e fiquei com a sensação que as Juntas de Freguesia que têm escolas, por acaso as da Coligação até têm todas, mas também há outras que os Presidentes de Juntas estão aqui que também têm, que ficam com esse encargo, que não é tão pequeno como isso, e eu sei do que estou a falar, porque eu própria já geri, enquanto coordenadora numa escola do 1.º Ciclo. Geri, nessa escola, num ano inteiro para materiais de limpeza, durante o ano civil, e gastaram-se. Portanto, a minha questão é: Não estando isso aqui plasmado, digamos assim, nestes aditamentos nem nos acordos, porque eu já tinha chamado a atenção para isso, que as Juntas de Freguesia que têm escolas são penalizadas nesta questão, e eu espero que isto seja tido em consideração. Por outro lado, ficamos também com a sensação de que quem deixou de ter escolas, acaba por ser mais beneficiado porque enviam os alunos para as escolas das outras Juntas de Freguesia e portanto, esta questão não foi tida em consideração, na nossa opinião. Provavelmente deveriam ter pensado nesta questão por aluno, porque quantos mais são os alunos, mais degradam e mais sujam. Parece-me que esta questão não está contemplada e nós não poderíamos deixar de falar sobre ela. Eu vou aqui fazer um desabafo que é o seguinte: infelizmente, as escolas do pré-escolar e do 1.º ciclo, desde há muitos anos a esta parte e, desde que eu me lembro que sou professora do 1.º ciclo, tem sido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

sempre o parente pobre da educação e, com muita pena eu digo isto porque efetivamente já houve uma grande evolução, não posso dizer o contrário, mas em idades tão pequenas, em que as crianças fazem as principais aquisições para o resto das suas vidas e, provavelmente muitos de vós ainda se lembram dos vossos professores do 1.º ciclo e de todos os outros que depois foram passando, se calhar, já se esbateu mais nas vossas memórias. E porquê? Porque estas são efetivamente idades determinantes para o crescimento harmonioso e equilibrado das crianças e, é nestas idades que as crianças fazem as primeiras aquisições que ficam para o resto das suas vidas e portanto, neste sentido, eu tinha que fazer este desabafo aqui, porque as escolas continuam a ser, senhor Presidente, muito desprotegidas e os professores também. Eu ainda sou do tempo, porque já sou um bocadinho velha, em que numa das primeiras escolas em que estive, tinha que limpar a escola com os alunos. Felizmente já não estamos nesse tempo. Felizmente as coisas já evoluíram tanto a nível de proximidade como a nível de instalações, mas ainda temos e, ainda hoje de manhã, me ligou uma professora do 1.º ciclo, para me dizer que desde janeiro, há escolas que não têm fotocopiadoras, estão aí as fichas de março para fazer e os professores têm de se deslocar para fazer fotocópias num lado e noutro e, portanto, não me parece correto, senhor Presidente, porque os Professores do 1.º ciclo, desde sempre carregaram os materiais de expediente e limpeza nos seus carros; desde sempre andaram a tirar fotocópias por um lado e por outro, tirando os últimos anos que essa situação foi acautelada com as EB's 2,3 e a disponibilização das reprografias para essas questões e, aquilo que eu lhe peço aqui, é que o senhor tenha em atenção, por favor, as questões que têm a ver com a educação, nomeadamente o apoio às Juntas de Freguesia, que têm mais esta incumbência que é a questão da educação, a questão das escolas, porque estas crianças do 1.º Ciclo e do Pré-Escolar, por todas as razões que já elenquei, devem ser para todos nós uma prioridade e, as competências, tanto da Câmara, como das Juntas de Freguesia, estão muito claras na lei e, a educação é, efetivamente, uma das competências tanto da Câmara, como das Juntas de Freguesia, nomeadamente para estes setores de ensino. Portanto, volto a repetir que seja tido em consideração que a Câmara possa, sempre com esta filosofia e com esta ideia, a melhorar, eu não estou a criticar. Também posso criticar para que o Senhor Presidente veja as coisas de forma diferente e para que possa contribuir para que as coisas funcionem melhor. É isso aqui que nos interessa, é que sejamos todos construtores, façamos o caminho, todos nós, nós com as nossas opiniões que o senhor ouve atentamente, certamente e, o senhor com a sua boa vontade em ajudar a fazer parte da solução. Já que ao longo destes anos e, como já tenho alguns anos de profissão, efetivamente senti essa melhoria ao longo dos mesmos, que o Senhor continue com essa filosofia. Já lá vai uma ano e meio que o senhor é presidente desta Câmara e eu gostaria que tivesse esta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

questão da educação sempre em cima da sua secretária, sempre também, como uma preocupação sua, sobretudo para melhorar as condições e tudo aquilo que seja possível e, sobretudo, neste caso, e a minha intervenção até vai nesse sentido, só que me dispersei um bocadinho, de dar apoio às Juntas de Freguesia, que têm mais essa obrigação e mais essa função que é o apoio às escolas do 1.º ciclo e pré-escolar.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: No seguimento destes acordos de execução que a Câmara Municipal desenvolveu com as Juntas de Freguesia, já na altura expressámos aqui o nosso desagrado e a nossa reprovação aos montantes que estavam a ser disponibilizados para as respetivas juntas de Freguesia e seus Presidentes e, uma vez mais, também hoje aqui, salientamos que, de facto, o aumento de 10%, num valor que já em si é reduzido, tem o seu peso, mas não é significativo, até porque o que aumenta 10% é o montante disponibilizado às Juntas de Freguesia em que depois não se revê aqui um aumento de 10% para cada uma das Juntas de Freguesia, revê-se aqui um aumento no montante a distribuir que está disponível para todas as Juntas de Freguesia. De facto, lamentamos que este valor seja tão reduzido. Obviamente que aqui poderíamos discutir a redução cada vez maior do orçamento que o Governo disponibiliza às autarquias, das competências que têm sido atribuídas às Autarquias e às Juntas de Freguesia, sem a respetiva comparticipação necessária para assegurar esses serviços, tudo isso devia ser analisado mas, isto é uma global, não é uma luta municipal, nem é uma luta local. É uma luta nacional, mundial pela redistribuição dos recursos financeiros e não financeiros que os países e que o mundo neste momento, dispõe para distribuir pelas pessoas. -----

----- Também não podia deixar de fazer um desabafo porque, a mim, o que me incomoda mais nestas situações, são as opções políticas que determinadas pessoas tomam livremente, sem terem o mínimo de consciência das consequências que podem daí advir. Eu percebo o desabafo da deputada Cristina Jorge, mas pedia-lhe também para desabafar quando estiver com a bandeira do PPD-PSD às costas, que também desabafe aquilo que acabou aqui de dizer porque não pode apresentar aqui como acérrima defensora da escola pública, da classe dos professores e depois, esquecer-se daquilo que o seu partido tem feito “de mal” à escola pública, aos professores, aos pais, aos alunos, porque tudo isso também tem que ser desabafado, mas não é só aqui. É com o seu partido, com os seus dirigentes, com os seus ministros, secretários de estado, porque eles é que têm provocado a bancarrota da escola pública e é de propósito que o fazem, não é por acaso.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Relativamente a este ponto, mais do que propriamente aos acordos com as Juntas de Freguesia, que são sempre uma mais-valia, independentemente de eu acreditar que cada Presidente de Junta ache sempre que a verba é insuficiente,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

pois se fosse maior conseguiriam fazer muito mais e sempre melhor pelas suas Freguesias, são os acordos que foram aprovados e que tiveram a concordância de todos e que são sempre bem-vindas e serão para cumprir na íntegra e que podendo ser um pouco menos de dinheiro, sendo pago mais atempadamente, cumprindo-se os prazos, também possibilitará certamente mais obra. -----

-----Por outro lado, a minha intervenção também tem a ver com a intervenção da deputada Cristina Jorge relativamente à educação. Faço minhas as palavras do deputado Ricardo Brites sobre a parte da Educação e de ser preciso trazer sempre a bandeira e relembro que estou de acordo que muitas vezes o 1.º ciclo e o Pré-escolar tem sido o parente pobre, mas também relembro que foi com o Executivo PS que começaram as primeiras remodelações no Concelho. Por outro lado, este ano com a transferência de competências pela 1.ª vez, para este ano civil e, poderá haver alguns atrasos pontuais, às vezes em algum material, em algumas coisas, isso fruto, e o senhor Presidente poderá dizer mais, se assim o entender, da legalidade e das regras que são necessárias para adquirir os mesmos bens. Já que tanto pautamos pela legalidade e, esta Câmara efetivamente quer pautar as suas ações pela legalidade, é que nem sempre pensámos nisto mas, comprar um tinteiro para cada impressora, que é um tinteiro diferente, são não sei quantos concursos, porque sem concurso não pode ser feito; é preciso papel, as fotocopiadoras, todas essas coisas que antigamente eram asseguradas pelos agrupamentos pelas EB's e foram este ano que foram transferidas. Está aqui algum ajuste, está-se a proceder a todos esses procedimentos e vai-se fazendo aquilo que se pode no sentido de melhorar.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Depois da análise às propostas, uma coisa que não entendo e, pedia ao Senhor Presidente da Câmara para explicar é o reforço de 10% do valor global para as Freguesias. Eu não percebo qual é o significado destes 10% sinceramente. -----

-----Por outro lado, ouvindo a exposição da Professora Cristina Jorge, na verdade falou e expôs tão bem e, penso, não tendo dúvidas que é uma professora com vocação. E fá-lo, e expressou-se com a dignidade de uma professora com a preocupação do ensino porque é aqui, na pré-primária e no 1.º Ciclo que se forma o carácter e se formam as pessoas que são amanhã os cidadãos que hão-de estar à frente do nosso país e é óbvio, que também me pareceu pela expressão do Senhor Presidente da Câmara, que é um homem sensível, que não se vai esquecer, com certeza, de quanto mais não seja, de dar às Juntas de Freguesia o necessário para essas despesas de limpezas.-----

-----Claro que colocámos aqui outra questão que é do Partido Comunista, realmente eu acho que devíamos todos andar com uma bandeira às costas, acho que sim. E essa bandeira às costas é a bandeira da dignidade porque o Movimento Independente de Cidadania está aqui, tão só para dar esperança e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

dignidade às pessoas e a forma de expressar da Professora Cristina Jorge é tão só dar dignidade e esperança aos pais dessas crianças que às vezes não têm modos de os sustentar, que eles tenham efetivamente uma escola boa, uma escola digna capaz de amanhã se formarem como homens porque há professores, e essa parte disse o deputado Ricardo Brites, que andam contra o Ministro. Mas que diabo! Um professor para ensinar tem de se sujeitar também às regras, nomeadamente aos exames, se sabe ou não sabe. Por isso hoje, cada vez mais, dada a evolução das técnicas, têm de fazer um curso de formação, porque é que os professores não se hão-de sujeitar a esse curso de formação e a esses exames. Só criticar avulsamente, também não é justo. -----

----- Por outro lado, penso que esta situação vem melhorar substancialmente as escolas mas por outro lado gostaria de pedir ao Senhor Presidente para explicar este reforço de 10%.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: No direito de resposta, uma vez que o senhor deputado Brites falou no meu nome, pois eu naturalmente tenho que lhe responder. Dizer-lhe que se ando com a bandeira às costas ou não, isso é um problema que é meu e o senhor deputado Ricardo Brites, se calhar nunca me viu andar com ela às costas. Mas quero-lhe dizer uma coisa, senhor deputado e, para que conste e para que o senhor fique elucidado. Sabe que quem não deve, não teme e, como eu não devo nada ao meu partido, nos fóruns do meu partido onde tenho estado, como disse e muito bem, aquele em que sou filiada, sempre me expressei e sempre dei a minha opinião porque assim como a dou aqui, assim dou nos sítios onde tenho que a dar e, portanto, fica então essa informação para o senhor deputado que é assim. Quando me voltar a interpelar ou voltar a falar sobre qualquer assunto, o senhor fica já a saber que eu quando estou, dou a minha opinião. Mas também lhe digo uma coisa, é mais fácil não fazer do que fazer, porque quem faz tem sempre as suas críticas, exatamente como o Senhor Presidente da Câmara que agora é Executivo: quem faz, sempre se critica, porque criticar pode ser no sentido construtivo e pode ser para mim legal, futuro e isso é que é preciso, é criticar para um melhor futuro.-----

----- Em relação à deputada Albertina Jorge e líder de bancada, eu quero-lhe dizer que a legislação da delegação de competências, não é só agora que está na Lei 75/2013, já existia anteriormente, só que as coisas eram feitas de outra forma, agora são feitas doutra, cada um escolhe a melhor forma de as fazer, mas já existia essa incumbência e essa responsabilidade das Juntas de Freguesia no passado.”-----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Já que estamos aqui aparentemente dados a desabafos, também não podia deixar de deixar aqui um, perante os argumentos que estamos a apresentar, sem pôr em causa a valia do ponto em discussão. Fiquei indignado com um dos argumentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

que foi aqui apresentado, porque dar a ideia que as Juntas de Freguesia que perderam as escolas, são beneficiadas perante as outras que as mantêm, julgo ter sido um comentário de mau gosto, desajustado e ofensivo para as populações envolvidas. Julgo devemos ter respeito pelas populações e pelos munícipes, devíamos ter tento no que se diz. Na política e na vida não vale tudo e já agora quando, e se visitarem estas Freguesias será que usam estes argumentos.” -----

-----Pedi a palavra o PJF de Ereira, Vasco Sousa que disse: “Unicamente para pegar naquilo que há pouco estava a dizer, na qualidade de autarca, para não duplicar as palavras que utilizei há pouco, reforçar, enfatizando aqui este acordo de execução que é celebrado entre a Câmara e as várias Juntas de Freguesia. Naturalmente, aquilo que mais me apraz é de facto o princípio da transparência onde todos à mesma mesa, há mesma hora, no mesmo local, podemos dirimir, passo a expressão, as nossas armas na defesa dos interesses das nossas Freguesias. Provavelmente outrora, as coisas assim não aconteceram, mas neste momento é assim que tudo acontece, com total transparência, com total lisura. Realço também a prontidão de acordo com aquilo que é feito e que é acordado em relação aos pagamentos. Atempadamente os pagamentos são cumpridos, são feitos a tempo e horas e, é isso que de facto também nos faz honrar os compromissos que assumimos com os nossos fornecedores das Juntas de Freguesia. Queria também falar aqui sobre o horário de trabalho que neste momento existe, principalmente no parque de máquinas, ainda não o conheço na totalidade mas, ainda assim, esta é a semana de máquinas da Freguesia da Ereira e apraz-me dizer aqui, penso que o PJF da Carapinheira e o PJF de Meãs, já tiveram também a sua semana de máquinas mas, este horário é muito mais rentável, que neste momento está introduzido no parque de máquinas, ou seja a operacionalidade é muito mais evidente hoje do que era no passado. Também foi uma medida que, na sua opinião, fui muito bem tomada e daí o meu agradecimento em relação a mais esta medida que eu considero ser profícua para todos, precisamente na senda daquilo que já hoje foi aqui amplamente propalado relativamente às melhorias das condições daquele que é o nosso Concelho, penso que, de facto, o espírito deve ser esse e não outro.” -----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Mais uma vez estamos aqui a discutir e, mais uma vez, algumas intervenções revelam novamente o desconhecimento, que já não é desculpável porque eu não posso cansar de repetir, aquilo que vou dizer a seguir, mas pronto, vou ter que repetir. Dar aqui uma nota muito importante de que isto é um aditamento aos acordos de execução. É um aditamento que vai ocorrer provavelmente todos os anos e, é bom que ocorra porque o facto de surgir este aditamento aos acordos de execução à discussão, significa que nós estamos a aperfeiçoar ou que se alteraram as circunstâncias e estamos a tornar mais justa a delegação de competências em causa. Por isso, sempre que houver alteração

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

da dotação orçamental aprovada no seu instrumento próprio que é as GOP e Orçamento, vamos aqui também fazer refletir esse aditamento porque isto vai alterar os valores e naturalmente nós temos que respeitar as competências de cada um e, naturalmente que seria desejo do Presidente da Câmara e, penso que de todos os membros do Executivo, que se pudéssemos dotar melhor esta delegação de competências, com uma verba mais choruda, penso que seria a vontade de todos. Mas como disse muito bem o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, este Executivo quer fazer uma rutura com o passado, queremos assumir compromissos e queremos pagar os compromissos dentro do prazo e dentro do tempo que está estabelecido e, penso que esse é o orgulho tanto do Presidente da Câmara, como também de todo o Executivo. O Executivo hoje sente-se confortável a aprovar estas verbas e estes acordos porque sabe que existem todas as condições de pagar a tempo e horas e isto é muito importante porque o tempo do vendedor ambulante que anda a fazer promessas aí por todo o território, já não existe neste paradigma de gestão da Câmara Municipal. Nós vendemos compromissos e vendemos compromissos que cumprimos. Nessa perspetiva é importante sempre que possível e numa análise muito aprofundada e muito criteriosa de todo o Executivo, nós podemos dotar estes acordos de um melhor reforço de verba. Sempre que isso ocorrer eu estarei sempre disponível para reforçar a verba, seja em 10, em 15, em 5 ou 1%, o que é importante é que sempre que possível e dentro daqueles condicionalismos de poder pagar atempadamente, vamos reforçar a verba. -----

----- Entretanto dar nota que estes aditamentos se justifica também pela alteração e fixação, já hoje é possível e só foi possível agora das semanas de máquinas e, portanto, o quadro vai-se estabilizar, o que vai alterar no próximo ano serão, provavelmente as datas, estou convicto que este quadro vai ficar imutável e também poderá haver alteração nas turmas se se mantiver e se for esse o acordo com os Presidentes de Junta, o critério turmas para a aferição do montante a transferir, portanto esse critério turmas é mutável, se hoje uma freguesia tem uma turma, para o ano pode não a ter, ou pode ter mais uma turma e, por uma questão de justiça, essa alteração também terá que vir aqui. Isto porque implica a alteração dos anexos e, naturalmente tem que vir à Assembleia Municipal. -----

----- Quanto às questões levantadas pela deputada Ana Cristina Jorge, dúvidas sobre a descentralização do apoio nas máquinas. Senhora deputada, não tenha dúvidas, fale com os seus Presidentes de Junta e espero que eles o digam, se eu estiver a mentir eles que o digam já hoje, eu penso que eles nunca tiveram tanto tempo de máquinas como neste Executivo, ou seja, de uma forma consistente e perceptível e regular, com uma regularidade e com uma organização. É evidente que houve Presidentes de Juntas e, eu assumo que tiveram, independentemente das cores partidárias que foram eleitas, porque estas coisas não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

escolhem o dia nem a hora. As máquinas atrasam, avariam e portanto, tivemos a apreensão da motoniveladora, que está em fase terminal de legalização, que já devia ter sido legalizada desde 2012, dentro de um quadro legislativo que já existia. Se as máquinas estiverem disponíveis, os acordos são cumpridos, se tiverem para reparar, tem havido presidentes de junta que tiveram esse azar. Não pode haver dúvidas nesta descentralização, até porque ouviu o Presidente da Junta de Freguesia da Ereira, nós até fizemos também uma alteração dos horários de trabalho dos nossos trabalhadores, no sentido de rentabilizar ao máximo esses dias de máquinas. São 3 dias de máquinas numa semana de 5 dias, eu penso que não poderá haver dúvidas nisto, não sei porque é que a senhora deputada tem dúvidas. É evidente que os outros dois têm que ficar livres para a Câmara, para já porque as máquinas são da Câmara Municipal, é evidente que estão a fazer um serviço para a comunidade, mas também há aqui outras Juntas de Freguesia, porque isto está distribuído no tempo e se queremos cumprir as regras do jogo, tem que haver dois dias em que possamos ir a outras juntas até para compensar aquelas que tiveram o azar da máquina estar avariada e era muito necessário para um determinado trabalho e, portanto, eu tenho tido o bom senso de fazer essas devidas compensações e não percebo a razão das suas dúvidas. Eu acho é que continua mal aconselhada. Eu volto-lhe a dizer: isto não são aqueles acordos que se faziam há uns anos atrás. Isto são delegações de competências tuteladas pela Lei. Aliás, a Lei 75/2013 visa regular esses acordos que se faziam pelas várias Câmara em todo o país, não era só em Montemor-o-Velho, e que visou, o alvo principal era regular esses acordos de cooperação com as Juntas de Freguesia. Estes não são acordos de cooperação, são acordos de delegação de competências e, portanto são acordos que têm que cumprir a Lei. Por isso, eu penso que o está a fazer de boa-fé, penso que está mal aconselhada. A senhora está-me a convidar, aqui, a cometer uma ilegalidade? A financiar as Juntas de Freguesia nos produtos de limpeza, no âmbito destes acordos? Isso é uma ilegalidade pura e dura, ou seja, a competência que está definida na Lei 75/2013, artigo 16, n.º 1, alínea mm) é das Juntas de Freguesia. Nada sobre material de limpeza e consumíveis e expediente poderá estar aqui incluído nestes acordos de execução. Isso é uma profunda ilegalidade. Eu penso que a senhora não me está a convidar para cometer uma legalidade, consciente. Está mal aconselhada! Aconselhe-se melhor. Portanto, não está plasmado, nem nunca há-de estar plasmado. Agora vai-me dar a oportunidade é de lhe dizer que efetivamente eu estou de acordo consigo, havia uma solução. Eu estou aqui há um ano e três meses na Câmara Municipal e, tive que dar ordens de pagamento de 2012, 2013 e 2014, aquele acordo que existia com o Agrupamento de Escolas e bem, e bem não, porque há aqui esta ilegalidade, nós não podemos financiar aquilo que é da competência das Juntas, nem podemos aqui inventar outras soluções como quiseram inventar por aí e se calhar também mal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

aconselhados. Desde outubro de 2013, veja as datas dos pagamentos. Esse acordo, de certa forma, escondia esta realidade e como disse o deputado Ricardo Brites, é preciso perceber quem é que faz a política de educação. Quem aprovou e quem deliberou e quem propôs esta Lei 75/2013 e outras, não foi a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e portanto esta alínea que eu aqui falei, que até já existe noutros diplomas legais, não é aprovada pela Câmara Municipal e como ele diz e bem, e eu digo aqui, é preciso transferir estas competências para as Juntas de Freguesia e outras que pretendem transferir para a Câmara Municipal e outras que transferiram para a Câmara Municipal, acompanhadas do respetivo envelope financeiro. Nunca houve um reforço de verbas tanto para as Juntas de Freguesia, por causa destas transferências de competências, nem para as transferências financeiras da Câmara Municipal o envelope financeiro era minimamente atrativo. Aliás, o anterior Executivo, e bem, disse, chega. Não há mais: AEC's e outras coisas, e bem, porque o envelope financeiro era ridículo e, portanto, é isto que nós estamos aqui a tratar e já de agora, vamos abordar a questão. Eu também estou solidário com os senhores Presidentes de Junta, porque aquilo que vi que fizeram ao Presidente de Junta da União das Freguesias de Montemor e Gatões é inaceitável. Ele só em metade do material que lhe pediram para o 2.º período gastou 800€. Material de limpeza e consumíveis, ben-u-ron, todo um conjunto de coisas verdadeiramente inacreditável e se quiser peça-lhe a listagem que lhe foi fornecida e eu, lamentavelmente, acho que isto não é admissível. Há que ter bom senso e eu próprio acompanhei e apelei aos responsáveis por autoria desse documento para terem bom senso, porque as Juntas de Freguesia não têm, nem estão dotadas dessas verbas para poderem resolver esses compromissos que alguém lhes impôs. Não foi a Câmara Municipal que lhes impôs esses compromissos, foi alguém de fora, nem sequer este Executivo, como alegadamente andou para aí a percorrer caminho essa falta de informação.-----

----- Nessa perspetiva, eu acho que nós devemos ter algum bom senso quando criticamos, nem percebo porque é que se está a discutir isto aqui nestes acordos de execução, porque isso não é matéria de delegação de competência. -----

----- Dr.ª Ana Cristina Jorge quero-lhe dizer para que não haja mais confusões que a delegação de competências específica de pequenas reparações é aquela que nós achamos prudencial, ou seja, o valor que nós atribuímos de 100€ por turma e o critério de turma foi aquilo que nós encontramos para melhor refletir uma justiça de resultado. Também estou disponível e já me manifestei perante os Presidentes de Junta que estarei disponível para rever esse valor, para rever esse critério de acordo com eles, mas perante os factos. Não vamos confundir pequenas reparações com tudo o resto com as competências específicas das Juntas de Freguesia e isso é mau aconselhamento que tem e, peço desculpa por repetir isto, porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

tem que ler a Lei e tem que perceber como é que isto funciona. Quando diz que o parente pobre é a educação, eu compreendo e até estou de acordo consigo. Aquilo que eu encontrei e a Senhora Vereadora que tem esse pelouro encontramos é verdadeiramente caótico. Equipamento informático, à exceção do Centro Educativo que é uma instalação nova e foi reequipado de novo, se bem que já tem alguns problemas que não deviam existir, mas lá iremos, no seu momento certo, tudo o resto, todas as escolas, têm equipamento com mais de 10 anos. Fotocopiadoras e impressoras, o que é que acontece? Cada pai, vai fazendo aquilo que é possível, à falta da Câmara Municipal, ao longo dos anos, ter fornecido os equipamentos necessários, cada pai trazia a sua impressora, ou os pais em conjunto traziam uma impressora, temos situações em que os toners e os consumíveis são dez vezes mais caros que a própria impressora em si. -----

-----São situações destas que exigem deste Executivo a aquisição de um número elevadíssimo de equipamentos por uma questão de justiça, que nos leva a esta situação de rutura em que estamos, mas nós continuamos, dentro daqueles condicionalismos e, como muito bem explicou a deputada Albertina Jorge, nós para cada aquisição temos de fazer consulta a três fornecedores. Se na escola A tem um tinteiro, se na escola B, tem outro tipo de tinteiro e, alguns difíceis de encontrar no mercado, é evidente que isto gera uma grande confusão, mas isto é uma situação que nós herdamos e quero-lhe dizer que estamos a preparar com muita consciência, porque no âmbito da CIM-Região de Coimbra, vamos ter apoio financeiro específico para o reequipamento das Escolas e para algumas reparações nas escolas, estamos a preparar tudo para que possamos fazer esse grande investimento, que é elevadíssimo nas respetivas escolas. Nós em particular, neste ponto, não estamos a descurar as escolas. Quero-lhe dizer que eu próprio tenho-me deslocado a algumas escolas e temos feito reparações que estavam solicitadas há mais de 5, 6, 7 anos e isto não é dito. E quero-lhe dizer, senhora deputada Ana Cristina Jorge, eu já a conheço aqui há muitos anos e nunca vi fazer as intervenções que fez e faz aqui hoje no anterior Executivo. Eu até acredito que noutros fóruns até possa ser aquilo que diz mas, eu estive presente aqui nas reuniões da Assembleia Municipal e não a vi denunciar estas situações que hoje aqui está a denunciar e que a senhora sabe que existem em todas as escolas do Concelho. E é isto que é importante que eu lhe diga, cara a cara, já de agora, permita-me que seja honesto e frontal consigo. -----

-----Em relação a estes acordos de execução, e porque vai valer para todos, foi conseguido e alcançado acordo com todos os Presidentes de Juntas e quero também destacar a forma muito correta como os Presidentes de Junta têm lidado com esta Delegação de Competências, sabendo e reconhecendo as próprias limitações financeiras do Executivo, têm colaborado com a Câmara Municipal e com os munícipes,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

independentemente das cores partidárias, independentemente de tudo o resto ou das pequenas pretensões. E isto é de louvar. Estamos todos no mesmo barco, estamos todos determinados a conseguir aquilo que pretendemos que é dar melhor qualidade de vida aos nossos munícipes e às nossas infraestruturas concelhias.”-----

----- Pediu a palavra o PJJ da União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Carlos Alves que disse: “Quero frisar uma questão que a senhora deputada Ana Cristina Jorge aqui fez. Ficámos com a ideia que a senhora deputada quer que o PJJ da UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e se calhar também o meu colega da Ereira e as respetivas populações lhe agradeçam ou agradeçam a quem encerrou as escolas primárias na Abrunheira, em Verride e na Ereira. Se calhar quem tomou essa iniciativa está à espera que lhe agradeçamos. Não. Nós não agradecemos porque não fomos beneficiados. Nós condenamos isso porque não fomos prejudicados só na questão da educação e do encerramento das escolas ainda por cima, com escolas com o mínimo ou mais que o mínimo exigível para continuarem a funcionar, não vamos agradecer. Antes pelo contrário, as Freguesias e as populações da Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e já agora a da Ereira, foram tremendamente prejudicadas pelo encerramento das escolas. Era apenas isto, para manifestar mesmo o meu repúdio pela intervenção neste parágrafo da senhora deputada Ana Cristina Jorge.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Peço a palavra de acordo com o nosso Regimento, artigo 32.º, alínea j), que é exercer o direito da defesa da sua honra e consideração, naturalmente e, como todas as pessoas se dirigiram à minha intervenção, cumpre-me, como é evidente e, de acordo com o Regimento, fazer a minha defesa.-----

----- Relativamente aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, eu em primeiro lugar, quero-lhe dizer que o senhor fez referência a algumas contas que estavam por pagar no passado, eu não vou comentar e nem sequer vou entrar por aí. Como o senhor sabe, eu tenho informação privilegiada e não vou fazer uso dessa informação que tenho numa Assembleia Municipal, agora o senhor reveja por favor aquilo que disse e tente perceber o que é que disse e do que é que está a falar. O senhor tem de pôr algum travão; não pode ficar tão enervado quando eu faço as minhas intervenções porque eu sou uma deputada municipal e tenho direito a falar aquilo que bem entendo.-----

----- Aquilo que eu lhe quero dizer é que também na minha intervenção, eu não disse ao senhor Presidente para fazer nenhuma ilegalidade. Eu sei muito bem o que é que está na Lei. Está aqui na alínea mm) que diz fornecer material de limpeza e expediente às escolas do 1.º Ciclo de Ensino Básico e aos estabelecimentos de educação do pré-escolar. Esta é uma das competências das Juntas de Freguesia, sim

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

senhor, ninguém disse o contrário. Eu também não lhe disse para o Senhor fazer nenhuma ilegalidade. Eu disse que efetivamente as Juntas de Freguesia que têm mais esta competência, a Câmara Municipal deve estar atenta a mais esta competência, porque efetivamente é mais uma despesa para as Juntas de Freguesia. -----

-----Também não quis dizer, e que fique aqui bem claro, eu não quis menosprezar as Freguesias que não têm escolas, de modo algum, pelo contrário, pois a vossa pena, se calhar até é mais a minha, eu até sou profissional da educação. Se calhar até me custa mais a mim, enquanto professora, ver as escolas a encerrar do que se calhar até os próprios fregueses das vossas Freguesias. Portanto, seria de todo o interesse manter as escolas abertas, naturalmente. Agora, também há uma coisa que vos digo, este Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, que é único no Concelho, perde por ano 200 alunos, e este número fica só para os senhores pensarem. -----

-----Não há aqui da minha parte, qualquer tipo de menosprezo, ou qualquer intenção de algum comentário menos simpático perante essas Freguesias porque eu também lá vou, tenho lá familiares e vejo o envelhecimento das Freguesias e vejo que as escolas, efetivamente, tiram vida às Freguesias, tiram postos de trabalho. É verdade, tenho toda a consideração pelas Freguesias e também me custa a mim, tanto quanto a vós as escolas irem encerrando mas, eu penso que todos nós temos noção de que isto é um processo irreversível. A não ser que a nossa taxa de natalidade, de repente se inverta, ou seja a pirâmide estar invertida e volte a disparar a taxa de natalidade, o que não me parece. -----

-----Eu quero que estas questões fiquem esclarecidas, não quero maus entendimentos e sobretudo, eu não quero dar a entender ao senhor Presidente que faça qualquer ilegalidade, agora o senhor, perante aquilo que lhe disse, terá que pensar como fazer, como apoiar e de que forma é que as coisas vão ser feitas, para isso é que o senhor se candidatou e é Presidente de Câmara. -----

-----Aquilo que eu lhe quero dizer é que o Senhor se candidatou, tem os seus deveres e, sobretudo tem que ter uma coisa: quem se candidata a estes órgãos tem uma missão e a sua missão é servir. Servir os munícipes, servir as populações.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira (MPT) que disse: “Não sei se estão lembrados, mas o que se passou aqui, ainda hoje estou à espera da certidão da ata dessa reunião que foi feita aqui comigo, com o Senhor Presidente, e com a senhora Vereadora da Educação, levantámos o problema dos transportes escolares, que o senhor Presidente, aliás como é timbre, igualiza tudo o que é desigual. Foi o subsídio dos transportes escolares que me trouxe aqui, estando também a parte da imprensa e, claro ouvi falar agora no encerramento de escolas e, claro, aquela Escola de Pereira mais dia menos ano vai encerrar porque na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

sequência da reunião que tive aqui com o Senhor Presidente da Câmara, muitos pais já retiraram os alunos de lá e aquilo tem um limite. Alertar também o senhor Presidente da Câmara para o futuro e próximo encerramento da Escola de Pereira, porque os pais estão a tirar os alunos e isso porquê? Uma situação desigual do subsídio dos transportes das crianças, pelas poucas condições que têm de ir 3 km a pé, do local onde habitam até à escola, com os caminhos como estão, sem iluminação, sem segurança. Portanto há este aspeto também que é de realçar e complementar aquilo que foi aqui dito.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
-----A AM tomou conhecimento. -----	

-----**Ponto 5. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Carapinheira – Delegação de Competências**-----

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

Ponto 6. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Ereira – Delegação de Competências-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
-----A AM tomou conhecimento.-----	

-----**Ponto 7. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Liceia – Delegação de Competências**-----

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

-----Paulo Jorge Neves Correia----- A Favor-----
 -----Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 -----Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 -----António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----
 -----A AM tomou conhecimento.-----

-----Ponto 8. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Meãs do Campo – Delegação de Competências.-----

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----

-----VOTAÇÕES-----

-----Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----
 -----Luís Manuel Barbosa Marques Leal----- Contra-----
 -----Carlos Lucas Correia----- A Favor-----
 -----Luís Filipe Azenha Madaleno----- Abstenção-----
 -----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----
 -----Ana Cristina da Silva Jorge----- Abstenção-----
 -----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- A Favor-----
 -----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----
 -----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- Abstenção-----
 -----Joaquim António Graça Raínho----- A Favor-----
 -----Adelaide Maria Simões Medina----- Abstenção-----
 -----Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
 -----Edmea Tereza Reis Silva----- Abstenção-----
 -----Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
 -----Fernando Manuel Dias Monteiro----- Abstenção-----
 -----Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----
 -----Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 -----Francisco Faria de Paiva Batista----- Abstenção-----
 -----José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 -----Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- Abstenção-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	-----

----- **Ponto 9. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Pereira – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	-----
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	----- Contra-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	----- Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

-----Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
-----A AM tomou conhecimento. -----	

-----**Ponto 10. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Santo Varão – Delegação de Competências.**-----

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 11. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Seixo de Gatões – Delegação de Competências. -----	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Contra-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 12. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Tentúgal – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----

-----A AM tomou conhecimento.-----

-----Ponto 13. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca – Delegação de Competências.-----

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica:-----

-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Contra-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **14. Autorizar, sob proposta do Executivo Municipal, o Aditamento ao Acordo de Execução com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões – Delegação de Competências.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Contra-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
-----Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	Abstenção-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Leal (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Apenas para reiterar a Declaração de Voto que está incluída na ata da sessão ordinária de setembro de 2014, em que o meu sentido de voto foi coerente com as mesmas circunstâncias porque não vi alteração significativa, nem no conteúdo, nem na essência, nas propostas aqui apresentadas. Naquela altura fiz uma declaração de voto que remeto para que seja repetida nesta mesma votação.” -----

----- **Declaração de Voto do membro Luís Leal (Coligação Mais por Montemor), apresentada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro:** -----

----- “Claramente depois de um histórico de cerca de 12 anos, onde mais de 5,1 milhões de euros foram pagos às Juntas de Freguesia, em que agora vejo critérios pelos quais não me revejo porque claramente, o critério das pessoas foi ultrapassado por critérios numéricos e outros itens que não garantem uma equidade e sobretudo um desenvolvimento estratégico deste Concelho e o papel que têm a maioria destas Freguesias, nomeadamente naquilo que diz respeito a discriminação negativa, quer histórica, quer futura, basta ver o valor que está previsto para este mandato, para todos os 4 anos que se seguem, direi que vou votar contra aquilo que é proposto para a União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca; vou votar contra aquilo que é proposto para a União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões; para aquilo que é proposto para a Junta de Freguesia do Seixo, Meãs do Campo e Pereira. Considero que estes são os exemplos mais gritantes, por acaso a maioria deles coincidentes com os resultados dos Censos de 2011 mas não é por isso, mas também, porque aí, a valorização demográfica e o potencial humano que aí está, foi esquecido e omitido. -----

----- Em segundo lugar, gostaria de realçar como suporte desta minha votação, acho que toda esta circunstância de um ano depois, praticamente, da tomada de posse deste novo Executivo, virem agora falar em pagamentos tardios por insuficiência de verbas que não foram esclarecidas, nem verificadas pelas auditorias externas que pagavam quase metade daquilo que vai ser pago a estas Juntas de Freguesia, daquilo que foi gasto em trabalhos a mais ainda não faturados, nem cabimentados e, vou falar isto daqui a um bocado, noutros pontos, para aquilo que foram as Festas da Vila e, ainda com aquilo que era o resultado dos saldos positivos que Freguesias, ainda por cima, não do âmbito político-partidário daquele onde eu me inseria, como é o caso de Liceia e Vila Nova da Barca, registavam no final dos mandatos anteriores. -----

----- Por último, ontem, garantidamente, não havia discriminação e hoje, peço e espero que essa mesma discriminação não se mantenha e que o fornecimento, ou o tratamento, pela “retaguarda” não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

seja favorecedor destes ou daqueles e que se cumpra os desígnios. O tempo dará a resposta, não preciso dela, mas sobretudo, os munícipes saberão avaliar e votar.” -----

-----Os trabalhos foram suspensos por um período de 1 hora. -----

-----Os trabalhos foram retomados quando eram 14h30m-----

-----**Ponto 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Isenção de IMT requerida por Paulo Sérgio da Silva Valente** – o PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “O Código do IMT, no seu artigo 6.º estipula que é possível isentar algumas transições, em particular a que nós trazemos aqui hoje que é as aquisições de prédios rústicos que se destinem à primeira instalação de jovens agricultores candidatos aos apoios previstos no Decreto-Lei 81/91, de 19 de fevereiro. O que se propõe é uma isenção e, digamos que, com muito apreço por esta iniciativa porque esta isenção significa que temos mais um jovem agricultor a expandir e a criar a sua propriedade e, portanto, são sempre transmissões bem-vindas.” -----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Relativamente a este ponto é para, evidentemente que é fundamentalmente para dizer que não só concordamos com a posição tomada pelo Executivo, como enalteçemos o espírito de iniciativa tido pelo munícipe, uma vez que a isenção do IMT, constitui neste caso, uma mais-valia não só para a Câmara mas, fundamentalmente para o Município, para o Concelho, numa época de crise com falta de criação de postos de trabalho, todas estas iniciativas, acho que devem ser louvadas, incentivadas e, portanto, só temos de ficar satisfeitos, regozijar por esta iniciativa que é sempre, volto a dizer, uma mais-valia muito grande para o Concelho de Montemor-o-Velho.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Faço minhas as palavras do Senhor Presidente da Câmara porque hoje, na verdade, para se dedicar à agricultura, é preciso ter muita coragem. Para se dedicar não só à agricultura, para se dedicar ao trabalho. O trabalho é a fonte da dignidade. O desemprego é a fonte da infelicidade, mas a coragem é a motivação para ser alguém e este rapaz, ou este senhor, com o devido respeito, que tem a coragem, nos momentos atuais, apesar da Lei lhe permitir usufruir destas vantagens, é hoje aquilo que o país precisa: de homens e de rapazes desta geração corajosos que se dediquem a dar aqui para dignificarem as suas terras e o nosso país. Por isso realmente é bom ouvir estas situações e este benefício é muito pouco para a coragem deste rapaz, deste homem amanhã que vai beneficiar e engrandecer o nosso Concelho.” -----

-----Pedi a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Estamos plenamente de acordo. A fundamentação está explanada claramente no documento de apoio, quase que não era necessário o Senhor Presidente da Câmara estar a reforçar a situação. Louvamos a atitude do jovem empreendedor agrícola que vai beneficiar desta isenção que está preceituada na Lei.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

Estamos de acordo e obviamente sempre uma palavra de apoio e incentivo a quem neste Concelho se criar emprego, a criar mais-valias e para mais numa área um pouco desprotegida, que tem sido a agricultura e, estes campos do Baixo Mondego, têm uma vasta área de intervenção e poderá ser de facto uma mais-valia para o Concelho. Para este jovem, estamos de acordo com a isenção, o valor é relativamente irrisório mas, desejamos obviamente a maior das sortes na vida ativa profissional que vai fazer em prol do Concelho e dele próprio.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Só para acrescentar aprovamos também esta isenção de taxa de IMT, como um sinal claro que esta AM está a dar incentivo aos jovens agricultores que estão a começar, neste caso a implementar e a instalar a sua empresa agrícola.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro----- A Favor-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio----- A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia----- A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual - Contrato de Prestação de Serviços de Advocacia, com o advogado Deolindo Azedo Correia** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “O que se trata, de uma forma clara e objetiva é de manter o contrato de avença. Poderá discutir-se se se deveria fazer um concurso público ou um outro tipo de contratação, ou outro tipo de procedimento de contratação e, aquilo que a Câmara vem propor e, atendendo à sensibilidade que eu próprio tenha a esta situação e todos os outros, depois de explicada a situação é que a relação que se estabelece entre o advogado e o cliente é uma relação de confiança e não uma outra qualquer relação no domínio da concorrência, nem aqui a concorrência funciona, porquanto como está explicado, a estratégia que é elaborada para a defesa dos processos começa a ser delineada muito antes de os processos estarem instaurados no Tribunal e, por isso mesmo não faz qualquer sentido com o volume de processos que estão em curso, estar a sujeitar a Câmara Municipal a contratar um outro prestador de serviços desta natureza, que naturalmente terá uma opinião, uma posição diferente sobre a forma e a estratégia de conduzir os processos e, por isso mesmo se propõe aquilo que se está a propor de uma forma tão objetiva como eu estou aqui a esclarecer aos deputados municipais para que votem em consciência.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, faço minhas as palavras dele. É uma medida de bom senso, na medida em que a confiança,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

que é uma coisa essencial, e é o que se está efetivamente aqui a tratar, para além do mais é um advogado com prestígio, uma pessoa dedicada, uma pessoa séria que vem acompanhando já há longa data estes processos da Câmara e os processos que tem em mãos, não são uns processos quaisquer, são processos de muita responsabilidade. Claro que, qualquer advogado digno desse nome, poderia acompanhar estes mesmos processos, talvez com mesma forma, com a mesma honestidade, mas com uma forma diferente, e não com a continuidade e com a confiança, que realmente estamos habituados e se habitua o executivo. Esta medida eu voto favoravelmente pela continuidade do Dr. Deolindo Correia.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Obviamente a bancada do PS votará a favor deste ponto. Só reforçar que neste contrato de prestação de serviços, como noutros, o que está em causa, ao contrário do que já tem sido dito nesta casa, não é a cor partidária, é efetivamente a competência, o saber técnico, são contratos com transparência, imparcialidade, que não olham ao partido, nem às tendências partidárias de cada um, o que ficou aqui mais uma vez provado, independentemente de este ser dum lado ou do outro ser conhecido que é do outro.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: Sobre este ponto da OT esta bancada entende que este município tem uma atitude muito responsável e assertiva, por optar na continuidade do Dr. Deolindo Correia, na prestação dos serviços jurídicos a este município, pois é um profissional de excelência, dos melhores que temos na praça, merecedor de toda a confiança e respeito, ímpar nas suas qualidades profissionais e pessoais, acompanha este município há 14 anos com muito mérito e com o seu trabalho de excelência, que de resto nos tem habituado. Por todos estes motivos a bancada da coligação vai votar favoravelmente este ponto.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	A Favor-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
-----Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
-----A AM tomou conhecimento. -----	

-----**Ponto 17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Contrato de empreitada “Rede de Esgotos de Arazede – Fase A (Redes) ” – Conclusão** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: Como o anterior, este também é para aprovar um compromisso por mais de um ano em termos de execução financeira e por isso é um compromisso plurianual e, nessa estrita medida o que se está a tratar e, com a devida autorização do Senhor Presidente da Assembleia, falarei já do ponto a seguir porque se trata de duas situações idênticas. O que se está aqui a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

tratar é de concluir um projeto de saneamento já iniciado no Executivo anterior que implica a realização destas obras sob pena de haver uma penalização no montante a financiar ao Município. No caso concreto tem uma dupla vertente que nos impele a concluir estes dois procedimentos de que efetivamente Arazede carece como também que a sua rede de saneamento seja executada e aquilo que pudermos fazer no âmbito do QREN é de executar e é isso que se está aqui a tratar. Também dar nota que para que isto possa ocorrer temos que acelerar todos os procedimentos internos e por isso peço que se aprove em minuta para que se possa concluir o procedimento e iniciar de imediato as obras, por forma a cumprir os prazos da entidade que nos obriga a que esses prazos sejam cumpridos, sob pena de ter que devolver as verbas em causa.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Efetivamente aquilo que quero dar nota aqui é que, tanto neste ponto, como no ponto seguinte, nós, na minuta que nos foi entregue, continuamos a ter o mesmo problema, isto é, continuamos sem saber qual o sentido de voto dos Senhores Vereadores nesta reunião de 23 de fevereiro. Aquilo que diz é: *“A Câmara tomou conhecimento e, nos termos constantes na informação dos Serviços, deliberou por unanimidade remeter o assunto à Assembleia Municipal para autorização da assunção do compromisso plurianual para o ano económico de 2015”*, porque efetivamente decorre da Lei como a própria minuta nos diz. Aquilo que nós gostaríamos de saber efetivamente, é qual é que tinha sido o sentido de voto dos Senhores Vereadores nesta reunião de 23 de fevereiro, uma vez que não consta mais uma vez.” -----

----- Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Gostaríamos de partilhar aqui duas notas sobretudo para enaltecer o facto de estarmos aqui a falar de um investimento, um bem essencial e, sobretudo um investimento considerável tendo em conta a tesouraria e o erário municipal que passa pelas dificuldades que todos tão bem conhecemos. Portanto, a bancada do Partido Socialista não poderá deixar de enaltecer a postura deste Executivo que, ainda assim e, naquele contexto que eu acabei de referir, continua a fazer obra e, a fazer obra sobretudo no que toca aos bens que a sociedade mais precisa e que são bens essenciais, como são por exemplo este tipo de redes. Portanto, a bancada do Partido Socialista votará naturalmente de forma favorável.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Parece que o Senhor deputado da maioria, não percebeu o que é que a oposição disse. É que na verdade o que está aqui foi uma deficiência do Secretário. O Secretário tem que se chamar a atenção a elaborar estas atas. Ele devia ter bebido coca-cola ou assim uma coisa e realmente não mencionou aquele lapso escrito. Isto é coca-cola a mais. Não está aqui o bem e o mau porque isto é tudo de bem que está aqui e, todos nós com certeza, pessoas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

conscientes, pessoas de boa-fé, que gostam do Concelho como o Senhor Presidente da Câmara e todos. São coisas que têm que se fazer. O problema que se levanta é outro facto. Facto não idêntico, mas parecido é esse facto que, penso eu, com uma questão de bom senso se ultrapassará.” -----

-----Usou da palavra o PMAM que disse: “Não compreendi de outra forma a intervenção da deputada Ana Cristina Jorge, porquanto enfim, já percebemos que existe aqui uma diferença entre aquilo que foi a interpretação dos serviços e aquilo que foi a interpretação de alguns membros desta AM, nos quais eu me incluí necessariamente, relativamente à necessidade de as atas conterem a votação dos membros do Executivo.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade. -----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Contrato de empreitada “Rede de Esgotos de Arazede – Fase D (Redes Gordos e Zambujeiro) ”** -----

-----Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 19. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Redução da Taxa a pagar - Festival Forte 2015** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Os moldes em que é proposta esta redução da taxa, e porque não o podemos fazer de outra forma, em face dos condicionalismos em que estamos envolvidos nesta questão em particular do Castelo ou da concessão do Castelo de Montemor-o-Velho, nós propomos a redução da taxa e, eu já o disse na reunião de Câmara, habitualmente os outros Municípios para a realização destes eventos, a Câmara costuma conceder um subsídio ou um apoio, seja logístico ou de outra natureza, nós aqui recebemos uma determinada quantia para a utilização do Castelo e, nessa senda entendemos que, e foi aquilo que ficou acordado com a entidade que promove, a população também nos manifestou o apoio e fez-nos o pedido de que nós não deixássemos cair este evento. A proposta é esta, de redução para 12.000€ da taxa a pagar por esta entidade pela realização deste evento.”

----- Pediu a palavra o membro Carolina Aires (CDU) que disse: “Tal como no ano passado, achamos que a concretização deste festival no nosso castelo é um projeto que se deve apoiar, porque, tal como está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

justificado nos documentos facultados, é um instrumento para fomentar a economia local e colocar o nosso castelo na rota do turismo nacional e internacional. Para além disso, tal como a Dr.^a Celeste Amaro da Direção Regional da Cultura, expõe, o ano passado não houve qualquer afetação patrimonial causada pelo evento. Por isso, continuamos a ser a favor do uso do Castelo para este festival.-----

-----Agora, levantam-se algumas questões.-----

-----A poluição sonora que se fez sentir durante o decorrer do festival em 2014, sobretudo durante o período de descanso noturno, incomodou muito a população, as queixas informais foram mais que muitas. Não questionamos o trabalho da empresa que auditou os decibéis do festival. Questionamos como se chega ao valor máximo permitido de 110 db. Sons de intensidade superior a 85 db já são considerados de risco, e o tempo máximo de exposição para evitar o risco de perda auditiva temporária são quase 8 horas. Para uma intensidade de 110 db o tempo máximo de exposição é de 15 minutos.-----

-----Achamos que para um evento pagar 36.000 € de aluguer de espaço, tem que gerar à volta de 360.000€, para que o aluguer corresponda a 10% das despesas. Tendo por base este raciocínio, podemos entender que a empresa que aluga um espaço de 12.000€ por dia, tente fazer um acordo, até porque no passado já conseguiu pagar o aluguer de 3 dias pelo preço de apenas 1 dia. E isso levanta uma questão. Não estaremos a alugar o castelo por um preço alto demais? Não seria melhor estabelecer um preço mais aceitável e não negociável? Não poderia eventualmente trazer até mais clientes? Não evitaríamos assim a discussão de redução de taxas?-----

-----Já que o preço tabelado são 12.000€, quem não os pode pagar, nem tenta sequer fazer um evento no castelo, pois se calhar nem sabe que o preço tabelado não é o praticado.-----

-----Por último, achamos que não se deve falar em “financiamento no valor de 12.000€ correspondentes à taxa de utilização de 1 dia - para as obras de melhoria de acessibilidade à porta”.-----

-----É inadmissível que quem tem que pagar uma taxa de utilização do nosso castelo, venha propor o destino do pagamento dessa taxa. De onde vem o direito da organização para dizer como e onde deve ser gasto o nosso dinheiro?-----

-----Aceitamos que a organização se proponha a pagar a mesma quantia que o ano passado, mas não aceitamos que decidam para onde vai o dinheiro.-----

-----Há alguma obrigatoriedade do rendimento do aluguer do castelo ter que ser utilizado no próprio castelo? Quem determinou que estas obras são urgentes? Não haverá outro destino para os 12.000€, para obras mais urgentes? Partindo então do princípio que a obra é necessária, está orçamentada? Os 12.000€ cobrem a despesa da obra?-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Ou na verdade, a organização do festival até nos está a fazer um favor ao doar-nos este valor, com a intenção de o usarmos no nosso castelo, castelo esse que então a organização usufrui a custo zero?”-----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Relativamente ao assunto em apreço, estamos a falar da realização do Festival Forte nos dias 27 a 29 de agosto e respetiva solicitação da entidade Soniculture para redução de taxa de utilização do Castelo de 3 dias para 1 dia, ou seja de 36.000 € para 12.000€ cumpre-me dizer o seguinte:-----

----- Em primeiro lugar saudar a realização da 2.ª edição de um evento que se verificou ser um sucesso no ano passado. Decerto que a nossa comunidade e o tecido empresarial local agradecem o impacto positivo e o dinamismo que daí advém. -----

----- Em segundo lugar estão assegurados e salvaguardados os interesses do Município, desde os cuidados com o ruído e a propagação do som, desde os cuidados com a integridade e preservação do castelo, desde a inclusão da comunidade e do comércio local, desde a divulgação do nome Montemor-o-Velho e do seu castelo e desde a recuperação e restauração do próprio monumento, ou seja, as mais-valias são evidentes e os pareceres da Direção Regional de Cultura do Centro são inclusivamente favoráveis. Compete-nos assim decidir se viabilizaremos este festival, reduzir a taxa e viabilizar o evento ou manter a taxa e pedir a continuidade do mesmo. Já agora, relativamente à questão das taxas, julgo que será um assunto pertinente, mas será com certeza assunto para uma outra oportunidade. -----

----- Pelo exposto, julgo que é evidente que somos favoráveis à redução solicitada e decerto Montemor agradece.”-----

----- Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Neste ponto, penso que a minha intervenção terá sido um pouco esbatida, devido à anterior intervenção da Senhora deputada Carolina da CDU. Viu-se que ela estudou bem o assunto, bem como a lei do ruído. -----

----- No entanto, irei dividir a minha intervenção em duas partes; na primeira, quero referir que concordamos inteiramente com a realização deste festival, esperando que ele se repita por muitos anos, não tendo muito a acrescentar àquilo que aqui, por mim, foi dito no ano passado sobre tal assunto e acrescentar que a realização do II festival irá ocorrer porque, eventualmente, no I festival se terá obtido os resultados esperados pelas partes envolvidas. Achamos que tal acontecimento será uma mais-valia para o concelho e seus munícipes. Pelo que consegui averiguar, o festival do ano passado decorreu de uma forma ordeira, sem problemas de maior, apenas com alguns registos e queixas de barulho pelos habitantes da parte sul do nosso concelho, devido certamente às condições de propagação sonora noturna, a que estariam associados a direção do vento e a humidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Na segunda parte, em que estará à votação a redução do valor da taxa a pagar – Festival Forte, achamos que o valor da taxa de utilização do castelo é elevada tendo sido sugerido, no passado ano, ao executivo desta Câmara Municipal a revisão deste valor, o que reiteramos não sabendo, contudo, se tal lhe será possível. Por não se concordar com o princípio de redução e mantendo o sentido de voto dos Senhores Vereadores da Coligação na reunião de Câmara, iremos votar contra neste ponto.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu, na minha modesta opinião, os monumentos são para se apreciar em silêncio. -----

-----A qualidade que o primeiro festival trouxe ao nosso castelo foi realmente de qualidade. Porque de outra forma não se repetiria. E o que nós mais precisamos no nosso Concelho é de qualidade, não é da bagunça. Montemor é Montemor porque ainda tem o emblema Castelo. Não o podemos deixar degradar porque ainda esse é o único elemento que Montemor tem de desenvolvimento e de atração de pessoas, porque se vierem aqui à noite é um deserto, se olharem para aquele Parque de Negócios, é um deserto. Ninguém investe em Montemor. Por isso vamos agarrar na galinha dos ovos de ouro, com cuidado para que as pessoas nos visitem, gastem algum dinheiro, e ver se este concelho rural, sem imaginação, a não ser no Festival do Arroz naquelas barracas que andam para aí com o pau no ar e agente a comer aquilo, vêm as pessoas aqui andar nos carroceis. Porque o que nós precisamos é efetivamente de qualidade, de investimento, e que as pessoas nos visitem e que gastem algum dinheiro. Por isso festivais destes é sempre de aceitar e de qualidade. -----

-----Quanto efetivamente ao pagamento do uso daquele espaço, eu acho muito que o Executivo Camarário ter bom senso, não exigir tudo, porque senão fica sem nada e realmente os 12.000€ são uma boa quantia e também a empresa em si que tem um sentido de gostar desta obra de arte que temos aqui, que é o Castelo, de ajudar na sua recuperação em algum lado, sendo ótimo e uma mais-valia. Por isso, penso eu que estou a falar bem, se o ultrapassei nalguma coisa peço desculpa, porque realmente eu não sou antiquário mas, tenho o bom senso de ser deputado deste Concelho e gostar que ele se desenvolva. Por isso, nesse sentido, acho bem e voto a favor.” -----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Dar aqui nota, em resposta à deputada da CDU de que não há despesas consignadas ou não há cobrança de impostos ou taxas consignadas e portanto dou-lhe inteira razão. Penso é que fez aí uma interpretação da situação que está há muito esclarecida e que está profusamente esclarecida nesta situação. Isto é muito óbvio a forma porque é que isto está assim. Quando uma empresa destas, de Lisboa, que tem o país todo, um conjunto de espaços que pode aproveitar para fazer o seu espetáculo, quando é abordada a Câmara Municipal, ainda por cima no ano transato, havia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

uma empresa que tinha ligações locais e que tinha implantação local, que estava também interessada e fazia parte da organização deste evento, naturalmente que nós não podemos deixar de olhar, com seriedade e com respeito por estas propostas. Portanto, aquilo que aqui se trata e, para que não haja dúvidas, o que está a vir a votação é a redução de uma taxa, em vez desta entidade pagar 36.000€, aquilo que se propõe é que pague 12.000€, que é da competência da AM, e eu não posso fazer nada. Se os Senhores deputados entenderem que não devem viabilizar esta redução, como já foi anunciado pela bancada do PPD-PSD/CDS-PP, não viabilizem e não viabilizam naturalmente o festival e, portanto, de nada vale aqui dizer que são a favor do festival e que não são a favor da redução da taxa. Eu já vou passar a explicar com muito detalhe, aquilo que posso dizer neste momento sobre isso. É evidente que, se este Executivo está a rever todos os regulamentos que existem na Câmara Municipal e está numa profusa atividade de revisão de todos os regulamentos, aliás hoje na ordem de trabalhos desta AM, têm aqui bons exemplos disso, naturalmente que seria muito mais fácil rever o regulamento do Castelo, mas eu já o disse o ano passado e ainda continuamos nessa situação e hoje, se calhar percebemos porque é que isso está a acontecer, em vista da última legislação que saiu sobre o assunto, nós continuamos a negociar a concessão do Castelo, quem tem a tutela do Castelo não é a Câmara Municipal, ora não faz sentido, se continuamos a negociar a concessão do castelo que já expirou e se mantém provisoriamente enquanto não houver renovação da concessão e, nós temos que nos sujeitar a estas situações. Naturalmente para nós seria muito mais fácil rever o regulamento de taxas do Castelo, nada mais fácil do que o fazer, só que não o podemos fazer e é bom que isto fique esclarecido. Não o podemos fazer e este estará em vigor enquanto não for definida ou enquanto não for definida ou enquanto não for assumida a nova concessão ou o acordo de concessão, ou a delegação de competências que se vislumbra a par das escolas, a par da saúde, como já foi explicado. Aliás num documento que eu fiz distribuir e entreguei ao Senhor Presidente da Assembleia, a propósito de uma questão sobre qual era a nossa posição sobre a delegação de competências relativamente à Educação, nós dissemos, a propósito desse normativo legal, que repudiávamos todos, menos a questão do património e em particular esta questão do Castelo. Penso que vai ficar definido proximamente e aí, podemos então rever os regulamentos com toda a propriedade. Portanto, não podendo rever o regulamento, temos que utilizar esta figura. Não vamos aqui escamotear a questão, eu já o disse na minha intervenção inicial, de uma forma muito clara. Eu quero-vos dar uma nota. Este evento foi considerado pelas revistas da especialidade, eu não sou propriamente um profundo conhecedor nem apreciador deste tipo de espetáculos mas, reconheço que eles mexem com muita gente, com gente de posses e com turistas. Aliás, eu tive oportunidade de visitar o Castelo e verifiquei a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

quantidade de turistas endinheirados e, sobretudo eu tenho comerciantes na Vila que me dizem claramente: venham mais destes, que vêm com as notas grandes, que nós nunca tínhamos visto um evento que trouxesse este tipo de turistas. Perante esta realidade, eu não posso ficar distante dela. Se alguém quiser ficar que assuma. Nós não vamos poder ficar distantes desta realidade. É um evento que traz mais-valia e portanto, não há receita consignada, nem há nada disso, o que há é um truque que foi utilizado na primeira abordagem que tivemos é que é evidente que estas pessoas querem vir cá, sem pagar o que quer que seja, e nós mantivemo-nos irredutíveis e dissemos assim: têm 36.000€ para pagar. Isto é negociação pura e dura. Aquilo que conseguimos fazer e posso dizer que fui eu que tive a ideia e disse: os meus amigos têm de pagar alguma coisa pela utilização do castelo, senão, não há. Isto em relação ao primeiro evento. Têm de pagar alguma coisa e a forma que eu tive de os convencer foi de lhes dizer assim: olhe, se vocês pagarem, a Câmara pode-se comprometer a fazer obra em igual montante, ou seja, a dar um significado positivo a este pagamento. Porque efetivamente ao longo dos anos, o investimento no Castelo tem sido nulo e esta também foi a forma que foi muito apreciada pela Direção Regional da Cultura, de nós podermos efetivamente viabilizar este espetáculo. Não há receita consignada. Há uma predisposição deste Executivo, eu assumo, de fazer obra de igual montante, ou seja de dar um significado positivo a este evento e, de certa forma, aproveitar que esta gente pague uma taxa, porque por exemplo na Figueira, perguntem à Câmara da Figueira quanto é que paga pelo Sunset. Paga, não recebe. Aliás fui confrontado com admiração pelas pessoas com responsabilidade que me perguntam: Tu consegues receber dinheiro com o festival de música no Castelo? Tens que me dizer como! Esta situação deve-se à nossa própria estratégia, à maneira de estar. É bom que isto fique claro e esclarecidos de uma vez por todas: se nós pudéssemos rever o Regulamento, já estava. É fácil, não é nada de extraordinário. -----

-----Quanto aos 100 decibéis, eu acho absolutamente pertinente, mas quero-lhe dizer senhora deputada, que eu próprio fui confrontado porque o caderno de encargos e os condicionalismos são-nos dados pela Direção Regional da Cultura. O caderno de encargos que nos veio, foi negociado com a entidade, é muito importante que perceba isto. Primeiro esta entidade teve uma reunião e acordou os termos de utilização com a entidade que tem a tutela do Castelo e depois veio negociar connosco tão-somente a taxa e portanto já vem com o caderno de encargos feito. É evidente que também a bom da verdade quero aqui dizer, o relacionamento com a Senhora Diretora Regional tem sido excelente, é evidente que nós trocamos impressões e, quero-lhe dizer que já para este ano vai haver uma redução desse limite e, também lhe quero dizer que o ano passado, mesmo por iniciativa da Câmara Municipal, não esteve a 100 decibéis, o limite foram 90 decibéis. Nós temos o relatório de todos os dias, se pretender

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

podemos facultar para consulta, de qual era a potência da música e, portanto esteve na ordem dos 83, houve alturas em que teve picos de 87 e 89 e, efetivamente, mas nós impusemos. Nem sequer pusemos lá os 100 decibéis, o limite foi posto a 90. Sobre esse assunto não há qualquer questão, o caderno de encargos já nos vem oferecido. É evidente que eu falei com a Senhora Diretora Regional e disse-lhe que tínhamos que reduzir e ela este ano também o fez no caderno de encargos.-----

----- Dar outra nota e, é bom que se perceba isto: esta entidade tem tido para com a Câmara uma atitude de muito respeito. Eu disse ao responsável por esta entidade que queria um bocadinho mais do que o regulador e pedi-lhes umas barreiras sonoras, nomeadamente para aquela questão que aqui se abordou da transmissão em dias favoráveis, ou seja com o vento, com a água, com tudo e, portanto ela é só num sentido e, pedi-lhes que, através dos seus técnicos, porque isto é uma entidade que tem técnicos de som especializados, engenheiros de som, que nos criasse barreiras de som para que evitasse a propagação. É óbvio que nunca vamos conseguir omitir o som e posso-vos dizer que o som chegou longe, chegou a Lavos, Paião e se calhar ainda afetou outras regiões pelo caminho e, portanto nós aquilo que queremos e, foi aquilo que eu solicitei foi que se criasse umas barreiras de som, que é possível, e ele próprio se comprometeu, tendo sido uma exigência minha, que nem sequer está no caderno de encargos da DRCC e, ele comprometeu-se e vai, efetivamente tentar construir essas barreiras de som.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites que disse: “A minha intervenção é só para fazer um esclarecimento relativamente à posição que iremos tomar. Já no ano passado, as palavras que eu aqui proferi foram utilizadas de maneira a dar uma ideia diferente daquilo que eu aqui quis dizer, nomeadamente pelos Serviços de Comunicação da Câmara Municipal e daquilo que foi para o Site da Câmara Municipal. Como o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, a entidade promotora do evento não queria pagar nada. Então, se não queria pagar nada, não podemos estar aqui a defender essa empresa enquanto defensora do Património. O que esta empresa vai fazer e, muito bem da parte da Autarquia que exigiu pelo menos um dia de taxa e, até aí nós não temos nada a opor e sempre aqui dissemos que não gostávamos do modo como a proposta chegava a esta AM porque nos dá a entender que, há aqui uma preocupação da parte da entidade promotora, que de facto não existe. Se o próprio Presidente acabou de dizer que não queriam pagar, é a própria autarquia que cobra uma taxa e que é paga por essa empresa. Não venham aqui é argumentar a redução dessa taxa, com as preocupações que potencialmente existem da parte da entidade promotora na conservação do Património, uma vez que é a própria Autarquia que exige os 12.000€ para depois os aplicar e se, de facto é iniciativa do Executivo fazer com que essa taxa seja aplicada inclusivamente no Castelo, tudo muito bem. Não podem é trazer aqui uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

coisa que não é e, só queria que isto ficasse definitivamente esclarecido que, da nossa parte não existe qualquer entrave à organização do Festival Forte, à promoção do Festival, à utilização do Castelo que, no nosso entendimento e, se isso até fosse possível, muito bem, não seria cobrada qualquer taxa. Sendo que, então, se fosse possível legalmente, a própria entidade promotora pudesse fazer um retorno em defesa do Património, uma vez que isso não é possível, muito bem discutir e reduzir para um encaixe de 12.000€, que vai ser aplicado na própria infraestrutura, no Património. Aí tudo bem que seja bem-vindo o evento que traga muita gente à nossa Vila ao nosso Concelho e seja de facto, um evento para continuar no futuro.”-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Contra-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Contra-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Contra-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Adelaide Maria Simões Medina-----	Contra-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Edmea Tereza Reis Silva-----	Contra-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Contra-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	Abstenção-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Maria João Batista Sobreiro-----	Contra-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	Contra-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	Contra-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	Contra-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----

----- **Declaração de Voto da Bancada da Coligação Mais por Montemor**-----

----- "A bancada "Mais por Montemor", analisou a proposta e considera: -----
 ----- - que este Festival promove o Concelho e a Vila de Montemor-o-Velho e fomenta a economia local, no entanto não podemos concordar com a forma como este procedimento aqui vem novamente este ano. Iremos votar contra pelo seguinte: -----
 ----- - se a taxa é elevada, deveria ter sido feita uma alteração à tabela das taxas, ficando todos os futuros promotores em igualdade de circunstâncias;-----
 ----- - houve um ano para fazer essa alteração mas não foi feita; -----
 ----- - não é correto a empresa de financiar a preservação do Património Nacional, porque a empresa deve pagar uma taxa pela utilização de um Monumento Nacional e a autarquia é que deve utilizar esse montante na preservação do Castelo; -----
 ----- - O facto de a empresa pretender pagar uma taxa pela utilização do castelo, um terço do que está previsto na tabela de taxas, não nos parece correto. Por estas razões votaremos contra. -----
 ----- - Deixamos uma sugestão ao Sr Presidente que se inicie o processo de renegociação da taxa diária, pois 12.000€ por dia, por aquele espaço é um exagero!"-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **20. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) na Vila de Montemor-o-Velho** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Este é um dos pontos em que eu pessoalmente me empenhei, porque efetivamente me parece que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

haveria de dar uma pedrada no charco na estagnação que vivíamos aqui em termos de reabilitação urbana e com a situação das nossas zonas históricas. A primeira que avançou e está a avançar é a Zona Histórica de Montemor-o-Velho, também é aquela que é mais grave, é aquela que já tinha um estudo, por outras razões, mais ou menos efetuado e havia um levantamento e tínhamos já alguma informação e isto é um trabalho que já dura há alguns meses a esta parte e cujo culminar está aqui nesta proposta. Esta proposta, efetivamente, também se veio a revelar muito pertinente, porquanto há pouco tempo, em face da maior e melhor definição das orientações estratégicas do Quadro Comunitário 2020 se verificou que iria ser preciso ter as ARU's aprovadas e devidamente operacionalizadas.-----

-----Em termos genéricos, esta ARU depois de concluída e depois de se concluir a ORU, que é aquilo que vai acontecer de seguida é de que as pessoas do casco velho da vila, os proprietários, vão poder ter benefícios e verdadeiros incentivos à reabilitação das suas propriedades, em particular isenção de IMI durante 5 anos para aqueles que executem obras; possível redução de IMI para aqueles que mantenham os prédios/edifícios em boas condições de habitabilidade, isto já depois da isenção dos 5 anos; isenções de IMT, que são impostos municipais e também alguns benefícios em termos de IVA que não constam aqui, mas que depois poderão também ser beneficiários os seus destinatários. Para além disso, é proposto também um conjunto de isenções de taxas que não são tão poucas como isso, elas estão aí discriminadas, para que não haja, efetivamente da parte dos proprietários qualquer desculpa e é aqui que tem que ser dito. A partir daqui este é o impulso que tanto a Câmara, como os senhores deputados vão dar em prol daquela zona e daqueles proprietários. Agora, também, vamos ter que sensibilizar todos, isto é digamos que uma missão de todos, sensibilizar estes proprietários para que efetivamente façam a reabilitação das suas propriedades e, como eu disse, são várias as taxas das quais eles também vão beneficiar. Para além disso, estamos disponíveis a dar apoio técnico, dentro daquilo que é possível, pelos Serviços da Autarquia e, por isso mesmo, este caminho ainda vai ser longo. A ORU, que é o resultado final disto, vai exigir da Câmara e dos técnicos da Câmara e, provavelmente vamos ter que fazer a contratação de algumas consultorias externas, porque é algo de muito denso, já esta primeira fase implicou aqui uma quase dedicação dos técnicos ao PDM e a esta ARU, portanto com a implementação da ORU, isto vai aqui engrandecer as exigências de requisitos de trabalho e de disponibilidade dos nossos técnicos e, portanto aquilo que se traz é efetivamente a aprovação da ARU, tal como ela é proposta.”-----

-----Pedi a palavra o P.J.F. da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal que disse: “Neste ponto, como disse o Senhor Presidente da Câmara Municipal, é um assunto deveras importante para a Vila de Montemor-o-Velho, sem dúvida nenhuma mas, eu quero manifestar o meu desagrado por, enquanto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

Presidente da JF da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, eu não ter sido ouvido neste processo tão importante. Quero que isto fique registado. -----

----- Também dizer que este assunto podia ir um pouquinho mais além, em vez de parar nos Anjos, não nos podemos esquecer de um edifício que é deveras importante também para o nosso Associativismo, que é o antigo Hospital, um edifício antigo que se calhar também precisava ser contemplado nesta ARU.” -----

----- Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Relativamente a este ponto, acho que seremos consensuais ao dizer que é, efetivamente uma matéria muito importante. O nosso Concelho prima por alguma ruralidade, por alguma falta de desenvolvimento e, provavelmente com este projeto será talvez, é também, o que esperamos, um pontapé de saída para um maior desenvolvimento, sobretudo nas áreas urbanas do Concelho e, provavelmente aqui a sede do Concelho, a Vila de Montemor, é provavelmente uma das mais necessitadas. Portanto, fica desde já a nota que era efetivamente um projeto necessário e um projeto que vemos com muito bons olhos. E, vemos com muito bons olhos, dizíamos, porque efetivamente permitirá aproveitar grandemente os novos fundos comunitários que estarão disponíveis, permitindo assim a reabilitação urbana deste espaço tão necessitado de reabilitação e de nova imaginação para trazer novas pessoas, combatendo, naturalmente o envelhecimento dos moradores e, até a migração de alguma população que se nota aqui nesta zona. -----

----- Cumpre também frisar que este projeto permitirá também beneficiar os nossos cidadãos e, sobretudo quem estiver disponível para reabilitar e manter em boas condições o edificado e, portanto, não podemos deixar de frisar, os benefícios fiscais no que toca ao IMI, ao IMT e, nomeadamente às taxas municipais. Acho que são, efetivamente benefícios bastante assinaláveis para quem queira, nestes tempos de crise investir no edificado e são um estímulo essencial a que a reabilitação seja de facto uma realidade. -

----- Gostaríamos também de frisar que verificámos com agrado a proposta para uma bolsa de arrendamento. Parece-nos uma novidade assinalável e, nos dias de hoje, o mercado de arrendamento deve efetivamente, na nossa opinião, ser uma alternativa ao mercado da compra e venda. Portanto, é uma novidade que aqui assinalamos. -----

----- Por último, gostaríamos de, efetivamente destacar a postura aberta, democrática e consciente que este Executivo tem patenteado e que se verifica, do nosso ponto de vista, em saber ouvir e em saber aproveitar também as boas sugestões que vêm de bancadas opostas, nomeadamente a sugestão que foi feita pelo Senhor Vereador Abel Girão da Bancada PPD-PSD/CDS-PP, de louvar não só a sugestão, como também a postura aberta e democrática do Executivo ao adotar essa sugestão. Por isso e para concluir, já várias vezes o dissemos aqui nesta sala, há que passar das palavras aos atos e, julgamos que é isso que este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

Executivo está a fazer.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Em primeiro lugar desculpe, mas eu não posso deixar de dizer isto. Na minuta anterior estava a votação, nesta já não está outra vez. É só para as pessoas verificarem e compararem que às vezes se fala nas coisas e não é por acaso.-----

-----A bancada “Mais por Montemor”, analisou a proposta e considera:-----

----- A informação dos Serviços acerca deste assunto, está muito bem feita é bastante explícita;-----

----- É importante preservar e requalificar todo o edificado existente e a zona da Vila de Montemor-o-Velho, que tem um valor/património histórico bastante elevado e que, eu espero que o Senhor Presidente e todo o seu Executivo esteja, e parece-me que sim, sensibilizado para esta questão do Património Histórico desta Vila e não só, temos também outras vilas com património histórico de grande valor e que, na minha opinião deve ser aberto às pessoas. -----

-----Isto é um aparte, não só os munícipes mas todas as pessoas que nos visitam devem conhecer o património histórico, porque realmente nós que estamos aqui, se calhar às vezes não conhecemos o património que existe nas localidades e nas freguesias uns dos outros, que de facto é de grande valor.-----

-----Congratulamo-nos por terem aceite a sugestão do Vereador Abel Girão. -----

-----Voltando ao que disse o nosso Presidente de Junta, António Pardal, a bancada também é dessa opinião, pelo que propõe que se inclua nesse perímetro a antiga EB1, edifício municipal e que mais tarde pode ser alvo de uma candidatura para ser intervencionado e o Hospital Velho, que atualmente é da Santa Casa da Misericórdia porque também é um património histórico, privado é certo mas que faz parte de um conjunto de edifícios emblemáticos desta vila. Gostaríamos imenso que esta proposta de incluir o Hospital e a EB1 fosse também tida em consideração.-----

-----De facto gostei do aparte do deputado Camilo de dizer que este Executivo sabe ouvir, por outro lado fiquei um bocadinho desiludida, tenho que lhe dizer a verdade, de não terem ouvido o Presidente de Junta, porque para além de ser Presidente de Junta há muitos anos, tem um conhecimento muito próximo de tudo o que são as edificações e, portanto, poderia também dar a sua opinião. -----

-----Gostaríamos de saber se há candidaturas definidas para outras Freguesias, nomeadamente Carapinheira, Santo Varão, Verride, Arazedo, etc.. -----

-----Naturalmente que iremos votar favoravelmente este ponto.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu acabei de ouvir as doudas palavras do deputado Municipal, Dr Camilo Lourenço do PS que reconheceu que o nosso Concelho prima pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

ruralidade e pelo pouco desenvolvimento e eu, quero aqui expressar a todos os deputados municipais, é que este povo está sujeito sempre à votação das marcas, ou marca PS, ou marca PPD-PSD/CDS-PP, por isso houve aqui a obrigação, por amor a esta terra, de criar um movimento independente de cidadania. Isto porque a falta de desenvolvimento, a falta de emprego, a falta de imaginação, este povo já devia de estar farta e deixar de votar no PS, no PSD e no CDS, é tudo uns atrás dos outros. Todos os presidentes que estiverem aqui quase há 40 anos não têm nem tiveram imaginação. São autocratas, limitam-se a lançar mais um requerimento de ter um solzinho na Câmara e esquecem-se do desenvolvimento do nosso Concelho. -----

----- O desenvolvimento do nosso Concelho tem sido uma tragédia, é óbvio que só o tempo é que impulsiona algo, pouco e talvez hoje aqui expressaram as vossas motivações, que acho muito bem que o Senhor Presidente da Câmara, e eu também acho, que requalifique ou tivesse requalificado uma parte da Vila de Montemor, mas será que isto é para levar mesmo avante? Tudo o que foi feito e prometido, até pelos mandatos do seu antecessor, muitas coisas, realmente, dizia-se e falava-se e realmente, só me falta ver vacas a voar, gostava de ser assim. Podem-me dizer assim: Dr. Oliveira e Sousa, vá para o aeroporto para ver coisas lá no ar. Será que efetivamente o meu Concelho terá homens imaginativos para fixar as pessoas, para fixar rapazes e raparigas que acabam os seus cursos. Meu deus, esta campanha eleitoral, para falarmos efetivamente das suas palavras, da necessidade da criação de um movimento que segurasse as pessoas, que as motivasse. Porque a única forma de motivação que temos no nosso Concelho é o castelo e a fábrica da batata frita. Sabem que é uma das maiores da Europa, mas também os agricultores, e eu estou a falar da campanha eleitoral do Senhor Presidente, que falou aqui numas coisas, nuns terrenos para secar o milho, eu não sei muito bem o que é, uma espécie de uma reforma agrária que eu não sei onde é que ele a vai buscar, não sei se é verdade ou mentira. Mas sabem essa fábrica, que é uma das maiores da Europa, não consome uma batata do nosso Vale do Mondego, ou consome poucas, não sei se é verdade, isto foi o que me foi dito. -----

----- Nós temos várias vilas históricas que precisam desta requalificação e, como a construção hoje no Concelho já não abunda, temos muito bons engenheiros e engenheiras nesta Autarquia, convinha que eles se pusessem a trabalhar no sentido de requalificar quer a Vila de Pereira, a Vila de Tentúgal, a Vila de Verride e outras vilas que têm património histórico, para que se pudesse criar emprego e dar imaginação e colocação a esses homens e a essas mulheres que têm esses cursos para estarem aplicados, este é um ponto e, nesse sentido seremos diferentes, estamos efetivamente a trabalhar, tentar colocar aqui as pessoas, tentar minorar o desemprego, isso é importante, mas minhas senhoras e meus senhores, a razão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

de ser do Movimento Independente de Cidadania, que se criou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas foi no sentido que estamos fartos das marcas PS e PSD que fazem o mesmo de sempre – nada!”----

-----Pedi a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “De facto, se calhar o senhor deputado Oliveira e Sousa, sendo um homem tão imaginativo, que até já quis demitir Vereadores nesta AM, estamos também à espera do contributo da sua imaginação para esta nova delimitação de área de reabilitação urbana. -----

-----Do nosso ponto de vista é importante que se comece por algum lado, tem sido uma preocupação nossa com o património e com os Centros Históricos, não só o da Vila de Montemor, mas também nos preocupa uma situação concreta que é um Centro Histórico que, está neste momento, muito abandonado, que é o Centro Histórico de Verride, que de facto é pena passear por aquelas ruas e verificar tamanho abandono. O Património Histórico de Tentúgal, de Pereira. Pautamos das mesmas preocupações que o senhor deputado Oliveira e Sousa aqui referiu, que de facto isto não seja só um documento, dos muitos que por esta AM têm passado, que depois em termos práticos não têm tido a aplicação e o desenvolvimento que todos nós pretendemos que seja recuperar património, incentivar os proprietários a reconstruírem os imóveis que têm e de facto isentando algumas taxas para que assim possam, de maneira menos onerosa, contribuir para o melhoramento do património construído.-----

-----Tem sido nossa preocupação, ao longo destes anos, que de facto no passado, o lobby da construção civil tem sido um grande inimigo dos Centros Históricos, porque na altura se pensava que era mais barato construir do que reconstruir, atualmente estamos a pagar esse preço e, de facto fica muito mais caro no futuro ter dado essa prioridade à construção do que à reconstrução e, tem que se corrigir essas consequências de políticas erradas do passado, não só no Concelho de Montemor-o-Velho, mas que foram seguidas por todo o país. A construção foi de facto um lobby que no presente, no futuro trouxe muitas consequências negativas para o Centro Histórico.” -----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi com toda a atenção o senhor deputado Ricardo Brites, eu sei que ele tem pouca memória. Um homem que devia tomar mais vitaminas, mas não toma, ele só deve comer bacalhau. Deve comer bacalhau salgado, esquece-se porventura, quando porventura eu trouxe aquele requerimento aqui, na última Assembleia, que a razão de ser era tão só, que as pessoas avaliassem politicamente outras e as outras é aquilo que eu digo, é uma palavra que se diz assim: “vergonha”. E vossa excelência não olhou para ela, passou ao lado. Porque se olhasse para ela, seria o primeiro a levantar-se e a concordar com aquilo que eu disse. Mas não, teve medo. Agacha-se, é sempre assim. Não digo mais porque vossa excelência entende o que eu quero dizer. Não coma tanto bacalhau,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26***

senhor deputado.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Dar nota ao PJF da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, que eu nunca o convidarei para exercer as competências da Câmara, nem para propor o que quer que seja, que seja da estrita competência da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Quem faz esta proposta é o Executivo Camarário e, é preciso perceber o que é que estamos aqui a tratar. É evidente que eu percebo e desculpo-o, não tem a obrigação de conhecer este tipo de documentos ou este tipo de procedimentos em detalhe. Este é um documento de natureza estritamente técnica, absolutamente técnica e, tem depois um outro tipo de procedimento, que é aquilo que eu já falei, que é a ORU, que aí sim, vamos ter todo o gosto em ouvi-lo e, aí sim poderá expressar no momento próprio, nos assuntos próprios, o seu contributo que me parece que é inegável, até porque eu o conheço e sei que tem um conhecimento profundo da União de Freguesias e, nós iremos, nessa altura, beneficiar da sua colaboração. Agora, perdoe-me mas, no exercício das competências da Câmara Municipal, para propor aquilo que é da sua competência, não o vou convidar. E quero-lhe dizer que ouvimos o Senhor Vereador porque faz parte do Executivo e, há aqui duas características que ele tem e que eu não posso ignorar: em primeiro lugar é engenheiro de profissão e em segundo lugar foi responsável pela divisão de urbanismo (obras particulares) desta casa e, tem o profuso conhecimento desta matéria, ou das matérias que se relacionam com estas questões técnicas. Este trabalho, há aqui duas fases. Há uma fase de impulso processual, que é minha, contra tudo e contra todos, é evidente que a senhora Vereadora do Pelouro estava de acordo comigo, mas não havia condições e, não há neste momento, de sustentar sozinho, com os técnicos desta casa, uma operação urbanística desta natureza. Esta operação, a par da finalização do PDM é incomportável para os nossos serviços, mas eu logo no início do ano 2014 venho insistentemente pedindo aos Serviços e à Senhora Vereadora para que dê início a esta ARU e, é esse impulso processual que está aqui que é da competência do Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora e a seguir dos Serviços para elaborarem este documento técnico, que teve, efetivamente uma contribuição abalizada pelo Senhor Vereador Eng.º Abel Girão, e quero dizer que isto vai significar investimento no futuro, vai significar despesa e muita, para o Município. A ARU não é só um plano de boas intenções. Há que fazer recuperação urbanística e, alguma dela é à custa da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Isto também vai responder ao resto. -----

----- É evidente que é também minha intenção, logo que esteja concluída a ARU de Montemor-o-Velho, ou logo que o trabalho técnico da ORU está mais ou menos encaminhado, que iniciemos outra, eu até já sei qual é porque eu acho que há aí uma zona que precisa de uma intervenção urgente, não vou dizer aqui, porque não quero criar expectativas mas, as prioridades são para aquelas zonas mais desertificadas e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

também não vou ouvir o Presidente da Junta de Freguesia nesta deliberação, porque esta é uma opção que cabe ao Executivo. Cabe ao Executivo fazer gestão da Câmara Municipal. É evidente que contarei sempre com o PJF da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, naquilo em que ele é bom e naquilo em que ele nos vai ajudar. Ele vai-nos ajudar na ORU, no Plano de Pormenor vai ser convocado. -----

-----Em relação aos outros Centros Históricos, também iremos fazê-lo à medida das nossas disponibilidades, dos nossos serviços técnicos. Sobre algumas dúvidas que existem, eu quero dizer uma coisa muito simples. Eu não posso dizer que vamos conseguir fazer isto no próximo ano, nos próximos dois anos, mas há uma coisa que eu sei, para que fiquem descansados. A partir de hoje, se for aprovado, temos três anos para concluir a ORU, obrigatoriamente e, portanto o trabalho que vamos desenvolver a partir de agora, é como o PDM, não pode ficar sem uma conclusão. É óbvio que temos três anos para concluir isto, é óbvio que eu quero concluir antes, vamos ver as disponibilidades e já dei indicação aos serviços que se for preciso fazer algum reforço de consultadoria dos Serviços para que isto acelere mais um pouco. Cá estaremos para colaborar com os Serviços, agora isto é um trabalho ciclópico para todos nós e é bom que compreendam isso.” -----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Nós, e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, tínhamos sugerido a inclusão da antiga EB1, edifício municipal e que mais tarde pode ser alvo de uma candidatura para ser intervencionado e o Hospital Velho, que atualmente é da Santa Casa da Misericórdia porque também é um património histórico, privado é certo mas que faz parte de um conjunto de edifícios emblemáticos desta vila.” --- -----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Podemos equacionar a inclusão a qualquer momento, embora a Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto, me transmita desde já, que acha pouco provável que seja viável nessa extensão, ou com a configuração que pretende. -----

-----Este é um caso diferente do que foi sugerido pelo Vereador Abel Girão, são questões técnicas, não tem nada a ver com uma opção política, portanto aquilo que eu recomendo é que os Serviços considerem essa possibilidade, porque segundo me transmitem, tal como a está a formular a senhora deputada, não é viável do ponto de vista técnico, mas peço aos Serviços que equacionem, eu não tenho qualquer problema em aceitar a sugestão desde que ela seja viável do ponto de vista técnico. O que a votação de hoje não vai prejudicar um acerto dentro das possibilidades, no futuro, agora o que é preciso é que isto ande para a frente.” -----

-----Pedi a palavra o membro Luís Leal (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Estamos a falar de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

uma delimitação da antiga 111, com aquilo que era o aglomerado populacional de Montemor-o-Velho, no princípio do Séc. XX e, para quem nasceu aqui e cá vive, conhecia isto perfeitamente. Os edifícios hoje existentes na Av. dos Bombeiros, com exceção do antigo Hospital da Misericórdia, não existia nenhum. Mais tarde são construídas as antigas escolas do 1.º ciclo e é esse corredor do lado direito que é contíguo ao Convento dos Anjos nas suas traseiras, aliás eram territórios pertencentes e que foram sendo desafetados por aquisições sucessivas de anteriores Presidentes de Câmara pós 25 de abril, que esse regime foi plausível de compatibilizar a fixação de outros empreendimentos, onde nomeadamente hoje citamos a GNR, os Bombeiros, o Centro de Saúde. Estamos a falar literalmente do lado oposto na outra faixa, que era uma faixa já construída e que datava finais do Séc. XIX, princípios do Séc. XX e, era a inclusão apenas dessa linha territorial, dos quais, um dos patrimónios é municipal. Porque é que tecnicamente a Senhora diz que não é plausível?”-----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “A delimitação de uma área de reabilitação urbana obedece a critérios técnicos específicos previstos na Lei e um dos critérios é que haja contiguidade na delimitação. Portanto, não podemos ir buscar edifícios que necessitem de reabilitação que não seja na contiguidade do espaço que está a ser delimitado. Este espaço, se bem conheço, envolve edifícios muito recentes, novos, alguns já reabilitados, em ótimas condições e, portanto, pareceu-nos a nós, técnicos, que não se justificaria chegar até ali. Isto sem prejuízo de, se o Executivo assim o entender, se avaliar ainda melhor esta situação, inclusivamente verificar melhor in loco. A nós pareceu-nos que não havia razões para incluir esta área, pelas razões que acabei de apontar.”-----

----- Pediu a palavra o membro Luís Leal (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Permita-me discordar da senhora Chefe de Divisão que parece que não conhece o território, porque se há contiguidade é direta. Volto outra vez ao mesmo. A delimitação da zona do Convento dos Anjos é contígua com aquela que estamos a afirmar das antigas escolas, só tem uma estrada pelo meio, ela é contígua e, depois a seguir é, e faz vizinhança direta com a Misericórdia pela parte de trás, até. Só a parte da frente é que está dotada dentro do loteamento àquilo que são os Correios e nós estamos a pôr os Correios de fora. Agora, a contiguidade ela existe, sabe que por trás há terrenos que ligam um lado ao outro?”-----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “É evidente que eu conheço o território, não conhecia, mas passei a conhecer e portanto e sei o que estou a falar. Eu não estava a dizer que o território que estava a referir não é contíguo àquele que nós temos delimitado, não foi isso que eu disse. O que eu disse é que tem que haver contiguidade na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

delimitação e que havendo aqui edifícios recentes e em ótimas condições, não faz sentido incluí-los. Há aqui edifícios recentes, os edifícios em frente ao Tribunal são edifícios recentes em ótimas condições. A partir do momento em que há edifícios novos, interrompe-se a contiguidade.” -----

-----O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu já disse e deixo claro que não tenho qualquer oposição, isto são questões técnicas, porque me parece pertinente que, se for possível que se alargue a ARU, deixo essa recomendação aos Serviços.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Tereza Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge de Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 21. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento das Bolsas**

de Estudo – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Este ponto é mais um regulamento que vem aqui que foi alterado, no sentido de uma maior transparência e maior rigor na avaliação da atribuição destes benefícios sociais e, também consta do documento da proposta tudo o que é alterado. Houve também o trabalho de uma comissão multipartidária e com muitas potencialidades relativamente às pessoas que a compunham, nomeada para o efeito e que ajudou a que chegássemos a este resultado. Permitam-me destacar este maior rigor na atribuição destes benefícios e sobretudo, também o alargamento destas bolsas a partir do 2.º Ciclo, ou seja, o 1.º Ciclo já tem os Auxílios Económicos e, portanto a partir deste momento, também vamos alargar o público-alvo destas bolsas de estudo e, portanto estarei disponível para qualquer esclarecimento, para além daqueles que aqui forem suscitados.”-----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu fazia aqui, uma vez mais, um ponto de ordem, à mesa que se prende com os próximos pontos que têm a ver com as propostas de regulamentos (pontos 21, 22 e 23), para dizer uma vez mais que, em cada ponto existem duas atas e, na verdade, as atas que compõem as propostas em si, têm a votação do órgão Executivo mas, as que têm a apreciação pública do documento, nomeadamente na parte que diz respeito ao tecido associativo, que houveram recomendações de entidades, não foi votado em sede de reunião de Câmara. É a nossa opinião dessa matéria. É o mesmo caso que já referimos anteriormente mas, aqui como houveram propostas de outras entidades e, a comissão que foi constituída para o efeito, umas aceitou, outras reviu, outras alterou, para nós faria todo o sentido que essa situação fosse revista.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Julgo eu que se prende com a questão inicial porque de facto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

na inicial, antes de ir para discussão pública, tem o sentido de voto de cada um dos Vereadores e, de facto ele está omisso na aprovação final de 23 de fevereiro. Eu julgo que esta questão se engloba na questão que já temos referido, julgo que o Presidente da Câmara e a Câmara tomou nota desta questão e, naturalmente, eu julgo, pela leitura que fiz é que tinha sido aprovado por unanimidade, mas de facto não está cá o sentido de voto e portanto, sendo assim, para não voltar à questão inicial, elas hoje foram aqui levantadas e, julgo que o senhor Presidente da Câmara, a Câmara e os Serviços devem verificar, de facto esta conformidade, porque parece-me correto. Há aqui um lapso dos Serviços que, na minha opinião deve ser avaliado pela Câmara e, eventualmente corrigido em futuras questões. Uma vez que pelo assentimento dos Vereadores envolvidos, eu julgo que podemos continuar a discussão, sendo certo que mais uma vez recomendamos essa questão.”-----

-----Retomou a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Só aqui deixar a mensagem que estas chamadas de atenção não passarão mais do que uma opção construtiva, que é aquela que todos nos pautamos por fazer neste órgão. -----

-----Em sede da matéria que nos traz aqui sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, esta bancada entende que a atribuição de bolsas de estudo é um incentivo muito importante desde Município. Sendo este trabalho, que já vinha a ser feito pelo anterior Executivo, foi melhorado com esta alteração. Através da intervenção da Comissão que foi realizada para o efeito, da qual o nosso excelentíssimo Vereador Aurélio Rocha fez parte, existe agora uma maior abrangência, as crianças a partir do 2.º Ciclo também estão contempladas, acabando por haver um maior número de crianças apoiadas. -----

-----Tendo em conta que o acesso à educação é um direito e uma prioridade, que todos devem ter, é importante que estas bolsas sejam atribuídas a crianças e jovens com dificuldades económicas mas, também que a aposta nas crianças e jovens que tenham mérito e excelência, nos seus resultados sejam reconhecidas. -----

-----Nestes termos esta bancada vota favoravelmente este ponto.”-----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: Algumas das coisas que eu tinha intenção de dizer já foram ditas pela minha antecessora, no que diz respeito a este regulamento. Os regulamentos é normal e, ainda bem que, com a sua aplicação ao longo do tempo, vão sofrendo melhoramentos em virtude da sua aplicação e das mudanças que vão acontecendo socialmente, culturalmente, em termos de educação, em termos de economia, até de política e, portanto, são inerentes e tudo o que seja para melhorar é sempre bom, é sempre bem-vindo. -----

-----Desde os primeiros tempos, eu já sou um dinossauro, pelo que me vou apercebendo ao longo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

destes tempos, recordo que a primeira proposta de regulamento, na altura nem sequer estava prevista na Lei, foi feita pelo Executivo do qual vossa excelência, Senhor Presidente, na altura fazia parte, tendo sido sua iniciativa quando era Vereador da Cultura. Há coisas que nos marcam e, eu recordo sempre quando estava a entregar uma bolsa ou a falar disto e dizia: foi de um bolseiro, para um bolseiro e dizia isto de forma emocionada. Se calhar é isso que me faz recordar até hoje os primórdios deste regulamento. Foram sofrendo melhoramentos e este é mais um ainda bem, apraz-me também que seja mais transparente, que não fiquemos como aqui há uns anos atrás, que era praticamente pelo IRS e pelo que era taxado pelo IRS e que agora haja efetivamente um maior rigor, uma maior clareza. Que se vá ver efetivamente os sinais de riqueza, riqueza efetiva e não aquilo que, às vezes as pessoas mostram. É taxado o património imobiliário dos candidatos; é tido o empréstimo em conta, mas também o valor do IMI. Tudo é tido em atenção, o que na prática se espera um melhor rigor, para que efetivamente quem precisa, seja quem recebe, assim também pelo mérito, quem tiver excelência, seja efetivamente quem recebe. Os parabéns pela maneira como foi feito, à comissão que elaborou, ao Executivo que liderou e, dizer que somos favoráveis logicamente a este regulamento.” -----

----- **Os trabalhos foram interrompidos por 5 minutos.**-----

----- **Após 5 minutos de pausa, foram retomados os trabalhos.**-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Compete-nos dizer que temos efetivamente receio desse excessivo rigor que este novo regulamento nos poderá trazer porque poderá ser, de certa forma impeditivo para que, se calhar, aqueles que mais necessitam deste apoio seja muitas das vezes posto de parte. Pensamos nós que ao aumentar a documentação, as justificações, muitas das vezes as famílias poderão acabar por desistir de prosseguir com todas estas formalidades para depois obterem uma bolsa que, dentro daquilo que está previsto poderá ser de um valor menor ou inferior a todo o trabalho ou o dinheiro dispensado pelas famílias em facultarem e reunirem toda a documentação de que necessitem para fazer provar de que podem receber essa bolsa. Também estamos preocupados com alguns itens que foram aqui acrescentados nomeadamente para situações pontuais de que nenhum de nós e das nossas famílias estão sujeitas relativamente à inclusão do valor patrimonial da habitação assim como as despesas de habitação, juros, empréstimos bancários e o valor pago de IMI. Nada nos garante que uma família apesar de ter uma casa, ou uma habitação de um valor, que até poderá ser considerado médio/alto, em determinada altura da sua vida, não tenha rendimentos para que os seus filhos possam concorrer à atribuição de uma bolsa de estudo, não pondo em causa que a família nessa altura de dificuldades, tenha que por em causa o valor patrimonial que foi, digamos que em tempos de melhores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

rendimentos, tenha conseguido construir essa mesma habitação e, naquele ano terá todas as condições para concorrer a esse apoio dado pela Autarquia. No entanto, deixando aqui estas ressalvas, a CDU irá votar favoravelmente este Regulamento.”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu faço minhas as palavras do deputado Ricardo Brites. Porque na verdade, desgraçadamente de quem precisa e, quem precisa, por vezes, nem tem dinheiro para fazer “cantar um cego”, fará para andar em transportes para obter e requerer certidões atrás de certidões para justificar a sua miserabilidade. Mas nisto as entidades públicas são por norma desconfiadas e então, para dizer que fazem, exigem, exigem, exigem e, dizem assim: “não, nós estamos aqui para dar o subsídio e a bolsa de estudo” e o povo, como normalmente é levado. Bolsa de Estudo, mas não sabe quantos requisitos tem para obter e ainda depois está dependente da boa vontade do decisor. O decisor poderá dizer que pode ser assim, pode ser assado. Talvez sim, talvez não. Depois de ter gasto uma data de dinheiro no pagamento destas certidões, que por vezes, os gastos para obter esta documentação, são superiores à própria bolsa. -----

-----Realmente reconheço que as bolsas devem ser e, sê-lo-ão, se forem atribuídas, uma motivação para quem se dedica, para quem trabalha, para quem estuda mas, por outro lado, o pai dessa criança, ou desse estudante, pode ter aqui as terras todas do vale do mondego, que não dão rendimento nenhum mas, como tem as terras, lá fica inviabilizada a bolsa. Se queríamos ser mais criteriosos, podíamos simplificar mais e viabilizar quem realmente tem massa encefálica, quem é trabalhador, quem é opinativo, quem gosta de ser, são esses homens, essas raparigas e essas mulheres que devemos apoiar, não contrariando, não colocando aqui tanta documentação, tanta burocracia que desmotiva qualquer um. Por isso sou favorável que se facilite mais desde que o cérebro das pessoas seja desenvolvido, sejam trabalhadores, queiram atingir objetivos, são aquelas pessoas que se vê à partida que irão ser alguém no futuro.”-----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----

-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 22. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento de Apoio Municipal a Associações Culturais, Recreativas e Instituições Particulares de Solidariedade Social – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Este é mais um ponto que teve uma comissão e, em boa hora, também aqui deixo os meus elogios à comissão nomeada. Isto é um processo que se inicia a 24 de março de 2014, com a constituição da referida comissão de revisão. A 15 de dezembro de 2014 é aprovada em reunião de Câmara. De 30 de dezembro de 2014 a 11 de fevereiro de 2015, esteve em discussão pública e,**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

agora está a vir a Assembleia Municipal para aprovação deste novo regulamento. -----

-----Este sim, também, é um regulamento que pretende transmitir a este tipo de destinatários destes apoios um maior rigor, uma maior objetividade, um maior sentido de justiça e, também, algumas exigências que eram já reclamadas por estas entidades há bastante tempo e não vinham a ser satisfeitas. Em particular, destaco aqui a questão do registo municipal, a atualização obrigatória. A definição de todo o tipo de apoios que irão ser abertos em função das disponibilidades financeiras do Município, portanto este é um regulamento que constrói o edifício todo ou seja, ele está apto a receber todos estes tipos de apoio, desde que haja disponibilidades e, em função também de outras circunstâncias, nomeadamente abertura de candidaturas no próximo quadro comunitário 2020. Não me vou aqui debruçar sobre o tipo de apoios, há aqui efetivamente uma melhoria. Há aqui também uma definição melhor do aviso de candidatura, daquilo que é obrigatório incluir. Em particular, no programa de apoio à atividade regular, contém um conjunto de novidades interessantes, nomeadamente a questão do estabelecimento dos critérios de ponderação perfeitamente claros para toda a gente, no sentido da transparência: o teatro, a música, o folclore. A possibilidade de equacionar candidaturas mistas, para nós foi muito importante verificar este cuidado que houve em fazer a ponderação correta destas candidaturas mistas. Há aqui uma proposta muito clara de premiar o mérito. Há aqui uma novidade que é a carteira municipal de espetáculos. Está prevista a cedência de equipamentos, de viaturas ou seja, estamos a estabelecer uma relação de absoluta transparência com estas entidades que lidam connosco e que, parece-nos a nós que esta proposta de regulamento é um significativo avanço para o futuro numa melhoria deste relacionamento. Haja efetivamente e, se fosse possível aumentar a dotação era importante e de dar esta possibilidade de explorar todos os apoios que aqui estão previstos mas, é evidente que nós esperamos e, eu espero em particular que a situação financeira do Município melhore para que possamos efetivamente estabelecer, aí sim, essa tal relação já frutuosa para ambas as partes.”-----

-----Pedi a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “ Duas palavras muito rapidamente, até porque o Senhor Presidente fez uma explicação muito clara. De facto, temos mais um regulamento, na senda do anterior, que visa melhorar aquilo que já estava. Eu só quero referir que, para além, porque acho que é importante termos isso em atenção, que para além de todas as ajudas de todas as propostas que são feitas diretamente, através deste Regulamento, a todas as instituições, IPSS’s deste Concelho, todas tratadas por igual e todas com as mesmas oportunidades.-----

-----Também recordo que o Executivo permite alguns apoios indiretos, outras ferramentas, como por exemplo quando é a participação no Festival do Arroz e da Lampreia, ou nas Festas Concelhias, que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

deixam de ser verdadeiras ajudas, apoios que são dados a todas as instituições de igual maneira. Umas aproveitam mais que outras mas, elas também existem e seria bom também recordar isso.”-----

----- Pediu a palavra o membro Lúcia Pagaimo (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Na sequência do que já foi referido anteriormente pela colega Maria João Sobreiro, esta bancada também votará favoravelmente este ponto.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
-----João António Góis Girão----- A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia----- A Favor-----
-----Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----
-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 23. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento de Apoio Municipal a Associações Desportivas** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “ Na senda da explicação que já dei no ponto anterior também esta proposta foi elabora por uma comissão nomeada para o efeito, esteve em discussão pública e traz-se a esta Assembleia Municipal para aprovação.”-----

-----Pedi a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “A bancada “Mais por Montemor”, analisou a Proposta de Regulamento de Apoio Municipal a Associações Desportivas, considerando que o mesmo é de bastante importância para o tecido associativo e desportivo do concelho. -----

-----Tais organizações são de uma importância extrema para a prática desportiva das crianças e jovens deste concelho, contribuindo de forma extraordinária para o seu crescimento saudável a todos os níveis. --

-----Deveremos também elogiar todos os seus dirigentes que trabalham de forma gratuita ao serviço dessas instituições, promovendo a sua comunidade e o concelho. No entanto é necessário ter mesmo gosto pelo que fazem, as dificuldades em manter as atividades e o bom funcionamento das suas associações terá de ser muito grande pois com a diminuição de verbas, ano após ano pelo município, levará certamente ao encerramento de algumas.-----

-----A bancada “Mais por Montemor” votará favoravelmente a Proposta de Regulamento de Apoio Municipal a Associações Desportivas.”-----

-----Pedi a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: Relativamente a esta proposta de Regulamento Municipal a Associações Desportivas e em linha com os regulamentos já apreciados e aprovados, julgamos que o trabalho aqui presente, parece-nos bastante positivo. O objetivo orientador julgo ser óbvio, dotar os regulamentos de maior transparência, objetividade e equidade. Os critérios de acesso e ponderação estão devidamente definidos, valorizados. Existe uma ponderação valorimétrica perfeitamente definida, expurga-se o regulamento, e os anteriores de igual modo, de alguma ambiguidade e arbitrariedade que existia. Estamos perante instrumentos potenciadores de uma política desportiva mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

criterosa, objetiva e transparente, pelo que saudamos o trabalho apresentado e esta lufada de ar fresco e, já de agora acolhemos de bom grado, esta mudança de paradigma.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Raul Nunes Leitão----- A Favor-----

-----Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

-----António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----

-----A AM tomou conhecimento. -----

-----**Ponto 24. Reconhecer, sob proposta do Executivo Municipal, o interesse estratégico do projeto para as populações e para a economia local - Candidatura ao Eixo 4 – PROMAR, GAC MONDEGO MAR – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu penso que tudo já estará dito, uma única explicação é devida aos senhores deputados, sem prejuízo de me disponibilizar para qualquer esclarecimento suplementar.-----**

-----Este reconhecimento é um requisito da própria candidatura e, como não pode ser só a Câmara a fazer este reconhecimento, tivemos que o trazer à Assembleia Municipal”. -----

-----Pedi a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Para já, mencionar aqui que eu acho que este ponto devia ter vindo antes da revisão. Primeiro tomávamos o conhecimento e depois é que fazíamos a revisão. -----

-----Só questionar se só há esta candidatura, ou se estão a trabalhar noutras candidaturas referentes ao PROMAR?”-----

-----Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Quero referir uma vez mais a esta AM, quanta razão tem o Movimento Independente de Cidadania em se ter candidatado contra as marcas existentes neste Concelho e, que há dezenas de anos governam este território. Não haja dúvidas, o nosso dinheirinho está ali naquele mercado. Fizemos aquele Mercado para as moscas, para os moscardos, para as melgas. Imaginem bem, estamos em pleno Século XXI e, quem realmente teve a ideia de reconstruir aquele mercado, ficou aquém, não chegou a entrar dentro dele porque se tivesse entrado dentro dele no verão, naqueles dias quentes, com certeza que punha a mão no nariz e saía de lá com falta de ar. Porque há coisas essenciais em qualquer mercado, que haja gelo. Nem que seja um frigorífico desses do talho, não é? E depois, imaginativos como somos imaginativos neste Concelho e eu, volto a referir o que é aquele Parque de Negócios que, o Senhor Presidente da Câmara ao tempo, veio para aqui os soldados fazer aquilo, mas o gasóleo e a alimentação que demos aos soldados, ficou muito mais caro, se tivéssemos adjudicado aquilo numa obra. Os preços e os regulamentos que fizeram aqui. Caríssimos, quem é que foi para lá? Quem é que lá está? Ninguém! Nem o Zé quis para lá ir. E aqui no mercado, nem a senhora das cebolas, nem aquela varina, aquela peixeirazita vai vender fanecas para ali.-----

-----Precisamos de chegar ao Século XXI para, desgraçadamente, candidataro-nos ao PROMAR, um investimento enorme, uma máquina de gelo. Vocês imaginem isto. Isto é caricato, não é? E é isto que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

Movimento Independente de Cidadania que se candidatou, a ver se acaba com as marcas. As marcas que nos têm governado só nos têm afundado. Não têm criatividade. Só pensam neles. Aqui estou eu com os meus mordomos, com os meus adjuntos! E vamos para o folclore e vamos para o arroz de lampreia. Sim senhor, parabéns. -----

----- O Movimento Independente de Cidadania vai votar favoravelmente porque já é tempo de uma máquina de gelo neste mercado.” -----

----- Pediu a palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Sob pena de nos repetirmos e acerca do que já dissemos de manhã, no ponto 3 da OT, por isso mesmo remetemo-nos para as nossas palavras que já deixamos de manhã. Parece-nos inequívoco que, independentemente do valor do projeto, o que é certo é que é uma mais-valia para as populações e sobretudo para a economia local e permitirá, aqui neste caso concreto, cumprir a Lei no que toca à venda de Pescado. Parece-nos que será de louvar a iniciativa deste Executivo que consegue ainda que na reta final, ir buscar algum dinheiro dos fundos comunitários. ---

----- Resumindo e concluindo, reconhecendo que nos parece evidente que há um interesse estratégico deste projeto para as populações e para a economia local, esta bancada, não deixará de votar favoravelmente o projeto.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Gostaria de ajudar a esclarecer aqui algumas questões. Efetivamente nós já tínhamos diagnosticado esta situação. Não sei se é visível nos documentos de suporte. O relatório da Técnica Veterinária é muito anterior sequer à abertura de candidatura, digamos que a nossa intenção de adquirir estes equipamentos, também é anterior à candidatura. É evidente que na gestão da Câmara Municipal fazemos isto por prioridades e, portanto há um conjunto de prioridades, isto está a seguir o seu curso e, aconteceu que o PROMAR abre candidaturas a este eixo, com a possibilidade de nós podermos candidatar isto. -----

----- Naturalmente que me vão perdoar, por mais ridículo que vos possa parecer, eu não iria deixar de candidatar 8.000€ ao PROMAR. Venha o que vier é, parece-me a mim, um ato de boa gestão por parte do Executivo. Esta é a razão porque este assunto é trazido à Assembleia. É evidente que, e é aqui que os senhores deputados devem compreender. O grau de exigência que o PROMAR faz porque isto é um investimento numa determinada comunidade piscatória e com um determinado objetivo, o PROMAR faz este conjunto de exigências. É evidente que isto é para projetos e candidaturas de maior valor. É natural que estranhem, mas o PROMAR exige este reconhecimento. As regras do jogo são estas e, por isso aqui vêm para aprovação porque tem de haver uma manifestação clara, por parte das bancadas e dizerem: nós reconhecemos que é importante fazer esta candidatura e fazer este investimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme a listagem das votações que a seguir se indica: -----

-----VOTAÇÕES-----	
-----Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
-----Luís Manuel Barbosa Marques Leal-----	Abstenção-----
-----Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
-----Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
-----Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
-----Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
-----Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
-----Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
-----Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
-----Joaquim António Graça Raínho-----	A Favor-----
-----Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
-----Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
-----Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----
-----Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
-----Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
-----Francisco Faria de Paiva Batista-----	Abstenção-----
-----José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
-----Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
-----Dora Cristina Simões Ângelo Eulálio-----	Abstenção-----
-----Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
-----Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
-----João António Góis Girão-----	A Favor-----
-----Paulo Jorge Neves Correia-----	Abstenção-----
-----Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
-----Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
-----António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----
-----A AM tomou conhecimento. -----	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

----- **Ponto 25. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Proposta de Norma de Controlo Interno do Município de Montemor-o-Velho** – O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Conforme foi referenciado pelo auditor externo, que é pessoa independente e externa a qualquer atividade política deste Executivo ou de qualquer outro membro político, dos órgãos que compõem a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, nós tínhamos que obrigatoriamente de rever os procedimentos de controlo interno e necessariamente, não precisávamos também da opinião do Senhor Auditor Externo. Aliás, eu disse-o aqui, aquando da contratação do Senhor Dr. Nuno Gomes de que esta era uma das suas principais incumbências de, com urgência, rever esta Norma de Controlo Interno, sobretudo porque nós conhecíamos aquilo que existia aqui anteriormente.-----

----- A norma fala por si. Esta é uma proposta muito profusa, é um trabalho técnico muito profundo e, quero aqui dizer também com toda a clareza que, como não existia uma experiência muito rotineira de trabalhar com a norma de controlo interno desta natureza, é natural que no futuro possa haver melhorias e alterações à mesma e também estamos disponíveis para aceitar sugestões de melhoria a essa norma de controlo interno, sendo certo que esta é a melhor norma que temos neste momento para propor. Não me vou debruçar em detalhes, mas estarei disponível para qualquer explicação técnica.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, os mesmos tomaram conhecimento da Norma de Controlo Interno do Município de Montemor-o-Velho.-----

----- **Ponto 26. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais – listagem de compromissos plurianuais assumidos** – Usou da palavra o PMAM e disse que: “Efetivamente esta tomada de conhecimento ainda é mais fácil porque, evidentemente não há nada para tomar conhecimento, mas temos de tomar conhecimento desta questão.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, os mesmos tomaram conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos.-----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013.** -----

----- **Verificou-se a inexistência de público.** -----

----- Retomou a palavra o PMAM tendo solicitado à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2015, fevereiro, 26

-----O PMAM disse ainda que: “O Senhor Presidente da Câmara, em disponível para todos nós, um Cartão de Autarca, que no final da Sessão será entregue a todos os membros. -----

-----Duas coisas muito pessoais que têm a ver com a forma como decorreu a AM e, particularmente esta última interrupção. Não é de facto norma, não o vou fazer mas, recordar-vos que Platão dizia que: “*Havia os vivos, havia os mortos e havia os que andavam no mar*”. Sendo certo que a vida é feita de vivos e de mortos, eu julgo que a AM me permite que, em nome da Assembleia Municipal enderece à nossa deputada municipal Adelaide Medina, porque recebeu a notícia em plena AM, uma simples, mas sentida mensagem de pêsames pelo falecimento de sua mãe, cuja notícia ela teve em plena AM.-----

-----Não tenho mais nada a acrescentar, sendo certo e, como hoje se falou aqui muito de imaginação, eu sei que é político o que vou dizer mas eu, continuo a imaginar e a desassossegar. Dentro desta minha forma de ser e de estar na vida, contem comigo para imaginar e desassossegar e, portanto aqueles que julguem que às vezes o desassossego causa-nos engulhos, eu sei mas, temos que viver com ele e, temos que necessariamente perceber que o desassossego também é importante porque às vezes se não sairmos da nossa zona de conforto, de facto não melhoramos a nossa vida. -----

-----Sobre a questão da disposição da sala, falaremos todos e, eu quero de facto ouvir a vossa opinião porque efetivamente como eu vos disse, foi uma experiência e, não foi a disposição da sala que levou às discussões que hoje aqui tivemos. Foi um exercício junto com os serviços após uma recomendação da deputada municipal Cristina Jorge. Também nos importa reunir e trabalhar nas melhores condições e sentirmo-nos bem a trabalhar. -----

-----Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 17h15, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva